Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 12.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 603 / € 1,80 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

FORÇA AÉREA

GENERAL CARTAXO ALVES: "TENHO MILITARES QUE CHEGAM A PAGAR 150 MIL EUROS PARA SE DESVINCULAREM"

ENTREVISTA DN/TSF Na sua primeira entrevista em dois anos como chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o general João Guilherme Cartaxo Alves, 61 anos, responde frontalmente a todas as perguntas. Falta de efetivos, Serviço Militar Obrigatório, valorização das carreiras, capacidade para a guerra, novo aeroporto de Lisboa e a operação de apoio à Polícia Judiciária na Madeira foram alguns dos temas. PÁGS. 4-7

BENFICA 2 - 1 MARSELHA

NOITE COM TOQUE SENTIMENTAL MERECIA UMA SEGUNDA PARTE SEM SUSTOS

PÁGS. 22-23

"Obrigado a todos os benfiquistas!" Sven-Göran Eriksson emocionou-se na homenagem de que foi alvo na Luz. Foi ao relvado e saiu ovacionado de pé.

EPA/FILIPE AMORIM

CONTRATO
Escritório de Aguiar-Branco ajuda Gebalis a cobrar rendas em atraso
PÁG. 9

ECONOMIA
BCE começa a cortar juros em junho, mas taxa será de 4% no final do ano
PÁG. 16

GUERRA
Médio Oriente em estado de alerta para ataque do Irão contra Israel
PÁG. 18

O AMOR LOUCO
Estreia de uma cópia restaurada de um filme emblemático da Nova Vaga
PÁGS. 24-25

ONDE ESTAVA HÁ 50 ANOS
JOSÉ LUÍS PACHECO
JURISTA PÁG. 29

HOJE GRÁTIS

Editorial

Valentina Marcelino

Diretora adjunta do Diário de Notícias

Imigrantes e um humanismo hipócrita

No momento em que escrevo sei que a nossa jornalista Amanda Lima está junto à Igreja dos Anjos, freguesia de Arroios (PSD) onde nos últimos meses se foram acumulando tendas (cerca de 90), no jardim e passeios públicos, onde vivem imigrantes sem abrigo, principalmente africanos de países como Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Marrocos, Tunísia e Bangladesh. Disse vivem, mas na realidade sobrevivem em condições desumanas e insalubres. De acordo com a informação que conseguimos, até ao momento, recolher, a situação destas pessoas, todos homens, varia entre os que estão com a situação regularizada (em menor número), os que aguardam decisão sobre o seu pedido de autorização de residência, os que já viram recusado o seu pedido e recorreram e aqueles que recorreram, perderam e foram notificados para sair do país.

Sabemos que desde o início da semana está uma equipa multidisciplinar no terreno que envolve, entre outros, a Câmara Municipal de Lisboa, a Agência Integrada para as Migrações e Asilo (AIMA), a Junta de Freguesia e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Polícia Municipal e a PSP, para procurar soluções que permitam, por um lado, transferir aquelas pessoas para um local em condições e, por outro, devolver a rua, o jardim e o átrio da igreja (também ocupado) a todos.

Esta situação não é única, como sublinhou a Comunidade Vida e Paz, uma das maiores organizações de apoio aos sem-abrigo, à nossa jornalista Isabel Laranjo, na sua reportagem publicada nesta quinta-feira. Além dos Anjos, também na zona de Santa Apolónia os estrangeiros são a maioria dos sem-abrigo.

Ao mesmo tempo que a equipa referida estava ontem a avaliar cuidadosamente, caso a caso, os imigrantes dos Anjos, quer do ponto de vista legal, quer de saúde, para decidir a melhor solução, um advogado partilhou comigo a seguinte mensagem: "Estão a deter e deportar requerentes de asilo que estavam em frente à Igreja dos Anjos. Parecem 40 ou 50 pessoas. Posso passar o seu número?".

A informação era falsa, ao que soubemos no local, mas certamente circulou por vários destinatários, provocando indignação em muitos. É um comportamento semelhante a muitos outros quando se fala de imigrantes. Sempre com reações extremadas e extremistas, baseadas em factos falsos ou deturpados, como o de associar a imigração à criminalidade (o que está mais que demonstrado que é mentira: o facto de haver tanta gente nesta situação e não se notar aumento da criminalidade demonstra que não são pessoas perigosas) ou de transformar tudo num ataque aos direitos humanos.

Nesta matéria, como em quase tudo na vida, aliás, é no equilíbrio que está a resposta.

Lembro-me bem de quando, em 2017, em nome desse humanismo, o Governo PS, juntamente com o BE e o PCP, se preparava para alterar a Lei de Estrangeiros – permitindo a regularização de milhares de imigrantes tornando regra uma medida que era para casos excecionais –, foram ignorados os alertas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) sobre o efeito chamada que essa decisão provocaria. O que se confirmou. Provavelmente poucos se lembram, mas logo em 2020 a pressão nas fronteiras era tal que a capacidade do SEF para instalar os requerentes de residência e asilo se esgotou e o Governo foi obrigado a colocá-los em quartéis do Exército e cadeias.

Orgulhosos do fluxo sem precedentes de imigrantes ao nosso país, tão desejados para o crescimento da economia e que tanta falta faz a certos setores (essencialmente aqueles onde a precariedade não atrai trabalhadores portugueses), inspirados pelo espírito humanitário, esqueceram-se de preparar o país para essa inevitável chegada de centenas de milhares de pessoas ávidas de uma vida melhor.

Mas foi para a exploração laboral, para casas (quando são casas) a rebentar pelas costuras, para as ruas que atiraram esta fonte de "riqueza" para o país. Um humanismo hipócrita criado por uma legislação com tantos alçapões que facilitam, não só o trabalho às redes criminosas, como já alertou o próprio Ministério Público, como vão criando expetativas que não temos condições de assegurar no nosso Estado Social. Como defende Ana Rita Gil, especialista e doutorada em Direitos Fundamentais de imigração, com a criação dos novos vistos de procura de trabalho "deviam fechar as regularizações" extraordinárias que estavam em vigor e que deixam milhares de imigrantes "ilegais e a ser explorados". A sua avaliação académica, e de experiência no terreno, é a de que em Portugal "temos uma regularização em massa permanente", o que "vai totalmente contra" a orientação da União Europeia. "Mais do que isso, é uma política de imigração irresponsável porque ao fazermos da regularização o normal, significa que não sabemos quem nem quantas pessoas temos no país."

Não sei se as suas palavras foram ouvidas e lidas por quem no programa do Governo da AD decidiu o que fazer nestas matérias. Apesar de não ser um bom sinal a extinção da secretaria de Estado das Migrações, que existia desde 2019, as opções previstas estão alinhadas com o Pacto em Matéria de Migração e Asilo, aprovado esta semana pelo Parlamento Europeu, debaixo de muita controvérsia, que tem como lema um "equilíbrio entre solidariedade e responsabilidade". O facto de ter desagradado à extrema-direita é um ótimo sinal. Por cá, o compromisso de Luís Montenegro é o de "promover uma imigração regulada, com humanismo, digna e construtiva para o desenvolvimento sustentável de Portugal". Regulada porque só assim é possível o humanismo sem hipocrisia. Começar por criar uma ligação permanente, sólida e eficaz, entre a AIMA, GNR, PJ e PSP é um bom primeiro passo.

OS NÚMEROS DO DIA

208

MIL MILHÕES DE EUROS
O montante da ajuda oficial ao desenvolvimento a nível mundial atingiu um novo recorde em 2023, atingindo os 208 mil milhões de euros, principalmente pela ajuda à Ucrânia, de acordo com o relatório anual da OCDE.

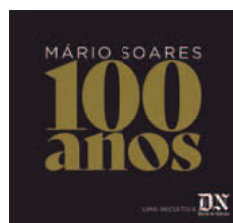
4,5

POR CENTO
O Banco Central Europeu (BCE) deixou ontem as taxas de juro inalteradas pela quinta vez consecutiva. A taxa de juro aplicável às principais operações de refinanciamento mantém-se em 4,5%, mas a presidente do BCE, Christine Lagarde, admitiu que em junho possa haver uma descida.

13

MILITARES
A Marinha decidiu suspender entre 10 e 90 dias os 13 militares do *NRP Mondego* que em março de 2023 se recusaram a embarcar para uma missão, invocando razões de segurança.

76

ANOS
O antigo jogador de futebol americano O. J. Simpson morreu aos 76 anos, vítima de cancro. Uma das maiores estrelas negras do desporto americano, o antigo jogador será sempre lembrado pelo "julgamento do século", em 1995, no qual acabou ilibado pela morte da ex-mulher e de um amigo.

12.4.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

General Cartaxo Alves

"Tenho militares que chegam a pagar 150 mil euros para se desvincularem"

FORÇA AÉREA Na sua primeira entrevista em dois anos como chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o general João Guilherme Cartaxo Alves, 61 anos, responde frontalmente a todas as perguntas. Falta de efetivos, Serviço Militar Obrigatório, valorização das carreiras, capacidade para a guerra, novo aeroporto de Lisboa e a operação de apoio à Polícia Judiciária na Madeira foram alguns dos temas.

ENTREVISTA **VALENTINA MARCELINO E NUNO DOMINGUES (TSF)** FOTOS **PAULO SPRANGER/GLOBALIMAGENS**

Em outubro do ano passado, estimava em 36%, ou seja, mais de um terço, o défice de efetivos no quadro permanente da Força Aérea. Chegou mesmo a avisar que a capacidade operacional poderia estar comprometida. A situação atual é melhor ou pior seis meses depois?
É verdade, estávamos a atravessar uma situação de grande dificuldade em termos de pessoal, talvez a mais gravosa das últimas décadas. Na altura até estimei em cerca de 1400 pessoas a menos do que o efetivo permitido por decreto-lei. Apresentámos, na altura algumas soluções mitigadoras para este problema. De outubro a dezembro, a situação evoluiu um pouco ao nível da estabilização, mas não da recuperação. Tivemos saídas do quadro permanente, programadas por carreira, de militares que cumpriram toda a sua carreira militar e saíram para a reserva no final do ano. São as tais saídas planeadas. Mas também tivemos muitas saídas não planeadas que desequilibraram um pouco as contas. Trataram-se de saídas de pessoal do quadro permanente antes da carreira completa, mas logo a seguir ao tempo mínimo permitido para se poderem desvincular do quadro permanente. Essa foi uma situação que tem vindo a aumentar desde 2021 e a sua causa está perfeitamente identificada: a alteração das condições de reforma que ocorreu. Os militares que entraram a partir de 2006 passaram todos para a Segurança Social e deixaram a Caixa Geral de Aposentações. Tem-se vindo a notar este aumento. Em 2021 perdemos 17 militares, em 2022 perdemos 34 e o ano passado, lá está, as tais contas que desequilibraram um pouco, tivemos 81 militares que pediram o abate ao quadro permanente.

De que áreas é que são os militares?
De todas. Pilotos, engenheiros, médicos, técnicos de manutenção, oficiais e sargentos, portanto, todas áreas fundamentais. Pessoal extraordinariamente qualificado e formado na Força Aérea. Tivemos, no entanto, um bom índice ao nível do recrutamento, porque a Força Aérea ainda é muito atrativa para os jovens, mas houve uma perda de pessoal do quadro permanente muito experiente. O pessoal a contrato manteve-se estável, mas houve uma transferência de experiência para pessoal em formação. Terminámos o ano com cerca de 1550 efetivos a menos, mas o *trade-off* entre a experiência desse pessoal que saiu e o valor intangível do investimento que a organização fez nesses militares é diferente. Os números por si só não transmitem toda essa realidade.

A carreira desses profissionais seria de quanto tempo?
É permitido que após a sua formação – na maioria dos casos oscila entre os cinco e os seis anos – possam ao fim de oito anos pedir o abate aos quadros permanentes. No caso dos médicos são 12 e no caso dos pilotos são 14 anos após a sua formação. (Antes disso têm de pagar indemnização que varia para mais ou menos consoante o tempo que falta).

> *"Em 2021 perdemos 17 militares, em 2022 perdemos 34 e o ano passado, lá está, as tais contas que desequilibraram um pouco, tivemos 81 militares que pediram o abate ao quadro permanente."*

E está a ser quanto a menos no caso desses profissionais? É logo que acaba a formação?
Não, não é quando acaba a formação, mas é muito perto das datas desses oito, 12 ou 14 anos. Temos militares que quando cumprem o prazo mínimo saem logo. Porque se entrarem aos 18 anos, estão na academia e fazem a sua formação até aos 22, mas para chegar aos 14 anos (estamos a falar de militares que atingem normalmente os 38, 39 anos) dizem assim "bom, as condições de reforma são as que são, vou agora melhorar o meu vencimento e melhorar as minhas condições de reforma no mercado civil". Isso tem acontecido. Inclusive temos tido militares que antes desse tempo e sabendo que têm de pagar uma indemnização ao Estado face à sua formação, saem mais cedo. Tenho militares que chegaram a pagar 150 mil euros para se desvincularem. Porque têm um emprego que lhes permite dar essas melhores condições para a sua reforma e para a sua família. Aliás, há empresas que até pagam essas indemnizações como bónus de entrada de militares muito qualificados nos seus quadros.

Estamos a falar essencialmente de pilotos, não é?
Engenheiros também, não é só pilotos. Muitos engenheiros, médicos, técnicos de manutenção, controladores aéreos.

Isso quer dizer o quê? Que a formação na Força Aérea é mais barata do que se a formação fosse feita no exterior? Ou seja, a Força Aérea tem noção se havia uma atitude premeditada quando essa pessoa entrou de fazer a formação e depois sair logo quando pudesse?
Não, não acredito. Aliás, não é que a formação seja mais barata. A formação é de grande qualidade. Aliás, neste momento, a Força Aérea portuguesa é uma força moderna, tecnologicamente evoluída, em que a especialização dos seus militares é fundamental. Detêm qualificações, certificações e trabalham com sistemas que, em alguns casos, ainda não estão disponíveis na aviação civil. Tudo isso torna estes militares muito atrativos para estas companhias e o mercado é voraz. Neste aspeto, nós não somos competitivos, ponto, não somos competitivos. Os vencimentos nas Forças Armadas não se comparam, nem se podem comparar, com os do mundo empresarial, mas antigamente tinham uma grande garantia. No final da sua carreira os militares, tinham uma reforma digna e que podiam ter um bem-estar para si e para a sua família. Neste momento, as condições de reforma serão muito diferentes. Acho que é isso, esse medo no futuro, esse medo do que possa ser o seu bem-estar, o dos seus filhos, as suas famílias no futuro, que leva muitas das vezes estes jovens a sair. Porque reparem, na Academia este ano incorporámos 76 alunos para os mais diversos cursos: pilotos aviadores, engenheiros, médicos, economistas, a média mais baixa que tivemos foi 16,5 e tivemos vários alunos com média de 20 a matemática. Portanto, isto é uma opção muito clara – são alunos que têm entrada em qualquer universidade no país – pela garantia de que a formação é de grande qualidade.

Isso combate-se como? Com os tais incentivos que estava a dizer agora ou com regras mais explícitas e duras para a retenção?
Acho que a retenção tem de ser feita com o Estatuto dos Militares – e o senhor Presidente da República tem vindo a dizer isto várias vezes ao longo do tempo. O Estatuto numas Forças Armadas profissionais, um modelo decidido em 2004 pela sociedade portuguesa, é a pedra basilar da condição militar, é a pedra basilar da valorização profissional dos militares. E quais são os dois grandes pilares dessa valorização profissional? Primeiro, trabalhar com equipamentos atualizados e de ponta, como é no caso da Força Aérea. Boas condições de trabalho. Condições de remuneração compatíveis com as funções que desempenham. E depois, obviamente, no final de uma longa carreira ao serviço do Estado e com muitas privações, uma reforma condigna para si e para a sua família. O segundo é precisamente a saúde e a saúde operacional, porque os militares para estarem em condições físicas e psíquicas, não só para cumprir as suas missões normalmente, mas também, no caso das Forças Nacionais Destacadas, para estarem presentes

"Muito se tem discutido agora o SMO. São discussões um pouco estéreis e redutoras daquilo que é a análise do verdadeiro e efetivo problema, que é muito complexo: a falta de efetivos."

em diversos teatros de operações no âmbito da política externa do Estado, têm de estar em boas condições de saúde operacional e assistencial também. Porque estando na frente, gostam de ter o respaldo com as suas famílias na saúde da família militar. O que é extraordinariamente importante. Estes são os dois grandes pilares que criam a valorização dessa carreira militar.

"Os vencimentos nas Forças Armadas não se comparam com os do mundo empresarial, mas antigamente os militares tinham uma grande garantia. No final da sua carreira tinham uma reforma digna."

E isso facilita a retenção.
Claro.
Satisfeitas essas condições já não seria preciso um Serviço Militar Obrigatório (SMO)?
Muito se tem discutido agora o SMO, os estrangeiros nas Forças Armadas, etc. Acho que são discussões úteis, mas são um pouco estéreis e redutoras daquilo que é a análise do verdadeiro e efetivo problema, que é muito complexo: a falta de efetivos, que tem a ver com a atratividade das Forças Armadas. E essa atratividade tem a ver com a valorização da condição militar, com a valorização desta carreira militar, naqueles tais três pilares que acabámos de falar. Condições de trabalho, boas condições de remuneração e uma reforma dentro dos parâmetros que lhes permitam ter condições de bem-estar futuramente no final da sua carreira. No caso da Força Aérea, o SMO não é uma solução para o problema. A Força Aérea ainda é muito atrativa para o recrutamento, como acabei de dizer. Admito que, efetivamente, noutros ramos, o recrutamento é fundamental e realmente é necessário. Mas é uma discussão que tem de ser feita ao nível dos cidadãos, quer militares, quer civis.
E os estrangeiros? Devem ou não fazer parte deste debate?
Depende da sua utilização, mas penso que não estamos nessa fase.
A estrutura da sociedade está a mudar e a percentagem de cidadãos estrangeiros que vivem em Portugal é cada vez maior...
Tenho na Força Aérea, neste momento, filhos de imigrantes que vivem em Portugal. Estamos num mundo multicultural, cada vez mais globalizado, e é muito natural que tenhamos cidadãos de outras nacionalidades, mas que também têm a portuguesa. Uns nasceram cá, outros que a adquiriram. Essa questão não me choca. Acho que é uma questão que está neste momento já a decorrer e que naturalmente vai acontecer.
No quadro da falta de efetivos e dessa falta de capacidade de retenção, como é que pode a Força Aérea participar no esforço de guerra em que a Europa está atualmente envolvida?
Neste momento temos quatro F-16 a garantir a integridade do espaço aéreo dos Estados Bálticos, a partir da Lituânia. Estamos mesmo junto à fronteira da Rússia. E vamos estar nessa operação até agosto. Em julho vamos reforçar esta nossa participação também com um P-3 adicional também na Lituânia e que mais tarde, em novembro, irá regressar para o Mediterrâneo.
Quantos militares envolvidos?
Com os quatro F-16, temos 93 militares. E irá ser estendida depois com mais 34 militares no destacamento do P-3. Portanto, iremos ter perto de 100 militares durante esse período. Agora, a Força Aérea normalmente tem uma grande máxima. Nós treinamos como combatemos. Isto é a nossa máxima do dia-a-dia. Não temos pausas de descanso. Todo o seu treino é orientado para o combate. A Força Aérea não faz aprontamento para as suas missões. Garantimos diariamente esse tipo de treino e anualmente vamos aos exercícios de certificação da componente aérea da NATO. Temos as forças qualificadas e certificadas pelos comandos de NATO para entrarem em operações.
Algum avanço no processo de ajuda à formação dos pilotos ucranianos para os F-16?
Sim. Foi um processo que se iniciou em julho do ano passado. Disponibilizámos de imediato um piloto-instrutor, vários técnicos de manutenção e alguns instrutores ao nível do *mission planning*. Mas a situação foi evoluindo em novembro do ano passado foram criados dois centros de formação para os pilotos ucranianos. Um na Dinamarca e outro na Holanda. Isto baseados em dois países que iriam dar os seus F-16 para a Ucrânia. E aqui houve uma questão que tinha a ver com a legalidade e a questão jurídica. Temos instrutores em aviões de outro país a treinar um terceiro país. E então ficou um pouco aqui acordado entre os países que os belgas iriam dar aviões e que também fariam o seu treino nos aviões deles. Os noruegueses, os dinamarqueses, portanto, todos os seus instrutores nos aviões que esses próprios países iriam fornecer. E, portanto, esse treino dos pilotos passou a ser feito por estes países que eram dadores de aeronaves.
Porque nós não somos dadores de aeronaves.
Nós não somos dadores de aeronaves F-16. Porque estes países transitaram do F-16 para o F-35. Nós ainda não. Nós tínhamos 40 F-16 e capacitámos a Roménia, a quem vendemos 12 aeronaves nossas. As 28 que temos são as que necessitamos para cumprir os compromissos que temos. E não as podemos ceder enquanto não fizermos essa transição para os F-35.
Portanto estamos dispensados do processo dos F-16?
Da parte dos pilotos sim, mas não estamos dispensados de dar formação. Vamos formar noutras áreas que também são importantes para essa capacidade. Vamos receber já agora em maio controladores aéreos para o F-16. Vamos formá-los em Monte Real e na base da OTA. Vamos receber observadores ucranianos nos nossos exercícios que têm a participação de muitas nações da NATO. Vamos formar técnicos de infraestruturas, nomeadamente na capacidade específica das barreiras de retenção e travagem dos F-16, para eles depois fazerem a operação. E vamos receber também, continuamente, num processo que vai começar em maio deste

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

ano até março de 2025, técnicos de manutenção de F-16 que iremos formar nas nossas escolas de formação de técnicos militares.

Se for necessário e num cenário de guerra, há hipótese de fazer o tal *upgrade* que o senhor general diz que não é preciso fazer porque já é a condição atual da Força Aérea para operar em cenário de guerra?

As nossas aeronaves e os nossos pilotos estão obviamente preparados para operar nesses cenários, daí que a configuração das aeronaves, cada vez mais, não é uma coisa que se faça de vez em quando. O *upgrade* das próprias aeronaves é um processo que se quer cada vez mais contínuo. Neste momento os nossos F-16 estão iguais àqueles que tinham a Holanda, a Dinamarca, a Bélgica e a Holanda. O que é que se está a passar? Estamos a chegar, obviamente, a uma altura que estão a operar há 30 anos na Força Aérea, não é? Vamos fazer e seguir o mesmo caminho que os outros países? Temos de o substituir, porque mesmo que essa decisão seja tomada agora, a primeira aeronave só chegará daqui a sete anos. Eles vão atingir 40 anos a voar. Claro que podemos dizer que temos condições e estamos em condições para participar também nesse esforço, caso ele venha a ser necessário. Agora, é evidente que há componentes e equipamentos do F-16 que vão ter de continuar a ser melhorados ao longo do tempo. É normal, porque o obsoletismo é contínuo também, assim como a modernização dos equipamentos é contínua.

Mas a defesa do território existe, é viável neste momento?

É. Podem estar tranquilos.

Fez a 25 de fevereiro dois anos que está nesse posto. Pode, em resumo, dizer-nos os altos e baixos deste período de liderança na Força Aérea?

Nestes dois anos, tentámos principalmente iniciar um processo de transformação. A formação da Força Aérea e transformação nos vários níveis, ao nível operacional, ao nível organizacional e que contempla, obviamente, uma filosofia centrada nas pessoas. Principalmente nos militares. Se tiver militares motivados e qualificados, é uma garantia do sucesso das missões. E também, obviamente, a transformação a nível dos domínios de operação. Neste momento, estamos a entrar na quinta dimensão. No espaço que nos dá também a consolidação dos processos de cibersegurança necessários aos protocolos de comunicações que necessitamos de ter, acompanhando um processo de transformação como todos os nossos parceiros europeus, de uma Força Aérea e do espaço da sua transformação para uma Força Aérea espacial. Obviamente, com tecnologia diferente e que, cada vez mais, nos vai obrigar a caminhar para a quinta dimensão e para a substituição de aeronaves de quinta geração. E aí tem lugar toda esta introdução das plataformas. O novo KPC-390, que é uma aeronave de última geração, a modernização da frota dos P-3 que estamos a fazer no Canadá com a *General Dynamics* e o aumento dessa frota com os aviões da Marinha alemã. E, obviamente, o processo fundamental de transição para o F-35. É algo que está a decorrer, mas não é num dia que se faz. Esse processo já começou. Tivemos aqui um *workshop* com a Lockheed e com a Força Aérea americana para nos capacitarmos também do que é que é esse salto para a quinta geração.

É um programa que orçará 5,5 mil milhões, eventualmente. E não é um programa que é pago num ano, estamos a falar de um programa a 20 anos. É um valor que, à primeira vista dizemos que é um valor altíssimo, mas se depois fizermos a decomposição ao longo do período dos 20 anos que é necessário, e que só recebemos o avião a partir do sétimo ano, vemos que, obviamente, é um programa adequado e em que o esforço logístico deste programa é praticamente dividido por toda a Europa futuramente. Agora, para termos os melhores militares qualificados e motivados, este tipo de equipamentos que estamos a introduzir nas frotas é fundamental .Mas também temos vindo a construir aqueles tais três pilares de que falei. Internamente, para garantir as condições aos nossos militares, temos vindo a fazer um processo de reabilitação de todo o parque habitacional destinado às famílias que tínhamos na base Aérea 5, em Monte Real. Na base de Beja, os blocos habitacionais que tínhamos dentro da cidade, estão todos a ser renovados .E vamos lançar, dentro de pouco tempo, blocos habitacionais na base de Ovar, porque face às novas responsabilidades que nos foram atribuídas no combate aos incêndios florestais, os primeiros meios vão para a base de Ovar e então temos de colocar as pessoas, temos de lhes dar condições de mudança da sua vida. Estamos ainda a remodelar os centros de saúde destas bases principais para termos não só médicos militares, mas médicos civis que estamos a contratar. Isto para termos uma saúde assistencial que as famílias que moram nesses blocos habitacionais possam utilizar e que, em vez de irem ao centro de saúde local, possam ir à base com os seus filhos, com as suas famílias ou até mesmo os reformados da Força Aérea que vivem nessa área de residência. Implementámos também um programa de apoio à família nas pausas escolares. Em todas as bases criámos condições para que tenham ATL para os militares levarem os seus filhos. Estamos a recrutar licenciados em assistência social, precisamente para dar esta garantia aos militares na base . Iniciámos também um programa que acho muito interessante, muito a pedido do efetivo feminino – a Força Aérea tem aproximadamente 23,8% de efetivo feminino neste momento – criámos salas de extração de leite materno, para que elas possam vir mais cedo para o serviço, continuar a cuidar da sua família e obviamente em termos de condição mental, também é bom para elas.

> *"A Força Aérea normalmente tem uma grande máxima. Nós treinamos como combatemos. Isto é a nossa máxima do dia a dia. Não temos pausas de descanso. Todo o treino é orientado para o combate."*

Fez um balanço do trabalho feito, mas houve baixos?

É evidente que há sempre altos e baixos para fazer tudo isto. Muitas das vezes é necessário orçamento, não é? E tivemos de tomar opções para resolver todas estas questões. Houve aqui também alturas em que tivemos de fazer opções em termos claros de colocação de pessoal para fazer face a situações mais críticas de exigência operacional.

Houve coisas que não foram feitas?

Sim.

Causa mais incómodo à Força Aérea portuguesa perder a base do Montijo ou o campo de tiro de Alcochete?

As duas.

Notei que nessa lista de prioridades das coisas que estão em curso, por acaso não falou no Montijo, falou em Ovar, falou em Beja e em Monte Real, que calculo que nesta altura sejam as grandes prioridades.

Sim, mas no Montijo elas também estão a decorrer. Falei em Monte Real, falei em Beja, porque foi uma base que cresceu imenso. Vamos voltar atrás um pouco na história. Nos anos 90 houve uma grande necessidade que se falou na reorganização das Forças Armadas, como todos se lembram, e a Força Aérea nessa altura foi um dos ramos que efetuou uma racionalização dos seus meios ao encontro à política do Governo da altura. E então, fechou-se a base de São Jacinto e a base de Tancos, que passaram para o Exército. Entretanto, mais tarde, e as questões do novo aeroporto de Lisboa, como todos sabemos vêm desde 1964, veio a questão da Ota. O novo aeroporto de Lisboa ia ser na Ota, dizia-se. Tínhamos uma base aérea na Ota também, já tínhamos transferido os meios de São Jacinto e os de Tancos para a base de Sintra, para a base do Montijo e para a base da Ota. Muito bem, mas tivemos de transferir os meios que tínhamos na base aérea da Ota para onde? Para Sintra, para o Montijo também e alguns para Beja. Bom, assim continuámos, até que foi decidido que já não era para a Ota. Ora bem, a Ota foi-se degradando durante todo este processo. Neste momento não temos atividade operacional aérea na Ota, temos o Centro de Formação Militar e Técnica da Ota, que transferimos todas as valências que havia em tanques de formação e de recrutas, transferimos de lá. Bom, mas a seguir era importante também aumentar a capacidade de fluxo e de tráfego aéreo no aeroporto de Humberto Delgado e então na área terminal de Lisboa. Então, a base de Sintra estava a causar ali, digamos, um obstáculo à flexibilização do tráfego aéreo para o aeroporto de Lisboa para chegarmos aos tais 72 movimentos na área terminal. E então foi reduzido o espaço aéreo da base de Sintra somente para três mil pés para permitir o tráfego passar por cima. Ora bem, três mil pés é incompatível com a atividade aérea e, portanto, os meios que estavam em Sintra passaram para Beja.

Mas em Sintra ainda há aviões?

Os aviões da Academia e da formação da Academia. Temos neste momento em Sintra o Museu do Ar, a Academia da Força Aérea e uma esquadra de formação de base aérea, de pilotos dos cadetes que estão na Academia. Portanto, são atividades que podem ser coordenadas e podem executar-se a baixa altitude, abaixo dos três mil pés. Então, a Força Aérea continua a ter a base de Monte Real, a base de Beja, que começou a crescer com a quantidade de esquadras, e a base do Montijo, obviamente, que continua em operação da forma que todos sabemos. Entretanto, Beja abriu um terminal civil. Não há um aeroporto internacional em Beja, conforme muitas vezes se tem a tendência a dizer, há um terminal civil em Beja que recebe tráfego civil e que, com todas as garantias dadas pela Força Aérea, portanto, todos os serviços aeroportuários de controlo são nossos. Mas ficamos, então, com a base do Montijo, que neste momento ainda tem três das esquadras fundamentais para a operação da Força Aérea, que são, diria, basilares, dedicadas principalmente à preservação dos bens e da vida humana. A esquadra DH-101, que é dedicada à busca e salvamento, a esquadra do C-295, que também tem a ver com evacuações aeromédicas, busca e salvamento, e a esquadra do C-130, que continua a operar a partir do Montijo, que é, digamos, a que leva a nossa bandeira aos quatro cantos do mundo no âmbito de muitas missões das Forças Armadas destacadas, ou de apoio, ou de resgate de cidadãos nacionais, ou apoio a catástrofes como foram os terremotos recentemente. Portanto, é uma base importante para a Força Aérea e temos vindo, obviamente, a manter essa unidade.

Quando se pergunta agora o que é mais importante, Montijo ou Campo de Tiro de Alcochete, ambas são importantes. O Montijo pelas razões que acabei de dizer e o Campo de Tiro de Alcochete porque é onde fazemos o treino real de largada de armamento dos nossos F-16. Para ter os tais pilotos qualificados e, como disse, treinar como combatemos, tenho que regularmente fazer este tipo de treino para manter os meus pilotos qualificados, ou seja, os pilotos que tenho hoje a defender o espaço aéreo da Lituânia e dos países bálticos. Portanto, ambas são importantes.

Mas já percebeu que vai ter de abdi-

car pelo menos de uma.
Mas a questão é que a Força Aérea tem mantido uma postura como sempre tomou. Nós fazemos parte da solução. Agora, não podemos estar encurralados. E, portanto, neste momento, isto cada vez mais, por esta pequena resenha histórica, o cerco cada vez está a apertar mais e, portanto, há que decidir. Já não temos muitos sítios para onde ir.

Mas é mais fácil prescindir do Campo de Tiro de Alcochete?
Não é uma questão de ser fácil prescindir do Campo de Tiro de Alcochete. Tanto uma como outra, houve soluções que já foram estudadas, quer para o Montijo, quando em 2017, se estava a falar de a possibilidade do aeroporto ir para o Montijo, criaram-se situações alternativas, até reativar uma das bases que já tinha sido cedida, por exemplo. Mas isso estava estudado e esteve em cima da mesa e andou em discussão. No Campo de Tiro de Alcochete também há estudos para isso feito. Na altura até o gabinete do NAL (Novo Aeroporto de Lisboa) efetuou um estudo de outro local para o Campo de Tiro. Na altura, seria junto à fronteira, perto de Mértola. Não foi um estudo feito pela Força Aérea, demos os requisitos. Não um espaço com as dimensões do atual que existe, porque o campo de tiro tem uma dimensão enorme: são mais de 17 campos de futebol só para se perceber a dimensão daquela área. Não é necessário uma área tão grande para fazermos a manutenção do nosso tiro dos F-16, mas isso foi estudado e foi calculado financeiramente, na altura, pelo gabinete do novo aeroporto de Lisboa. Portanto, há soluções. Elas têm de ser implementadas em antecedência às decisões, porque senão depois podemos ficar encurralados e não há tempo, obviamente, de reagir de uma forma coerente a estas mudanças de dispositivo.

Mas não nos vai revelar essas alternativas?
Elas estão estudadas, o campo de tiro está evidente, acabei de o dizer, não é? Portanto, será lá ou no outro lado que o Estado entenda que possamos ir.

Hoje é frequente ver as Forças Armadas em missões de combate ao tráfico de droga, mais recentemente até num processo relacionado com criminalidade económica. Esta relação das Forças Armadas com a Segurança Interna é, nesta altura, pacífica ou levanta algum tipo de problemas com a operacionalidade?
Não, não levanta. É extraordinariamente pacífica a coexistência, não levanta qualquer problema. Aliás, insere-se na política de duplo uso dos meios da Força Aérea.

Além do apoio à Proteção Civil, não é?
Exatamente. Essa cooperação sempre existiu. Para se ver o estado da articulação, diariamente temos aviões na nossa área exclusiva do mar, precisamente a cumprir a missão que está acometida à Força Aérea de vigilância marítima, a fiscalização das pescas, controlo do narcotráfico, da poluição. Temos P-3, C-295 que estão em permanência. Eles descolam, não há qualquer contacto com a Polícia Judiciária nesse momento, mas se durante o decorrer da operação e da nossa ação de fiscalização que fazemos detetarmos alguma atividade ilegal que tenha a ver, por exemplo, com o narcotráfico, de imediato – e porque temos essa capacidade tecnológica de comunicação de voz e de dados *real time* com o nosso centro de operações aéreas –, contactamos a entidade que tem autoridade criminal nesta matéria, que é a Polícia Judiciária. E de imediato a Polícia Judiciária fica informada que está a decorrer e a partir daí dá-nos as indicações do que é que temos de fazer. Muitas das vezes, obviamente, contactamos de imediato a Polícia Marítima, que é também a autoridade para efetuar as apreensões no local e, obviamente, damos indicações de onde é que está essa atividade a decorrer e guiamos os meios da Polícia Marítima para o local para serem efetuadas as apreensões.

E boleias, como a que aconteceu na Madeira recentemente, podem acontecer mais vezes? Ficou surpreendido com esse pedido por parte da Polícia Judiciária?
Não, não fiquei porque não é a primeira vez. Repare, nós transportamos e fazemos o translado dos prisioneiros entre os estabelecimentos prisionais do continente e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Ninguém sabe, mas fazemos ligações regulares quer à Madeira, quer aos Açores. Temos três voos regulares militares para apoio à nossa Base das Lajes, portanto, aos Açores. E temos também ao arquipélago da Madeira. E quando o senhor diretor da Polícia Judiciária me informa, teve a delicadeza de ir ter comigo, tivemos uma reunião os dois, e ele disse que necessitava do apoio da Força Aérea para levar alguns equipamentos e pessoas para a Madeira. Naturalmente, nos voos que já estão previstos, obviamente podemos encaixar, como fazemos nos outros casos que referi anteriormente.

“Nós fazemos parte da solução. Agora, não podemos estar encurralados. Neste momento, o cerco cada vez está a apertar mais e, portanto, há que decidir. Já não temos muitos sítios para onde ir.”

Não, não fiquei porque não é a primeira vez.

Esses voos estavam previstos já?
Uns estavam, mas o que é que tivemos de fazer? Alterar o transporte. Redimensionar. Obviamente, não me interessa saber o que é que eles vão fazer, não tenho autoridade nessa matéria do que é que eles lá vão fazer ou não. Nem nos interessa. Nós garantimos, porque é uma entidade que é do Estado, garantimos obviamente esse transporte da forma que o tivemos de fazer. E, com certeza que o faremos para o outro lado, seja, por exemplo, para a Polícia Judiciária ou para outras entidades do Estado, nomeadamente, as embaixadas também, que nos pedem muitas vezes, quando vamos para outros países, nomeadamente os de Língua Oficial Portuguesa, para levar equipamentos e outras coisas. Portanto, é uma atividade perfeitamente normal entre as atividades do Estado.

Não houve despesa acrescida e não pôs em causa outras operações?
Não, nada. Temos o caso da Proteção Civil também, em que se insere também na perspetiva do duplo uso.

Há um novo ministro da Defesa. Já lhe apresentou um caderno de encargos? Já agora, apresenta-lhe diretamente ou com a nova orgânica apresenta ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e é ele que apresenta?
Começando pela primeira pergunta, não tenho nenhum caderno de encargos para apresentar ao Sr. ministro, obviamente. A Força Aérea, de uma perspetiva construtiva, leal e transparente, vai cooperar com o senhor ministro da forma como cooperámos com todos os ministros anteriores e, obviamente, os dossiês não serão dossiês novos, porque alguns que já transitam do passado e teremos outros, obviamente, que iremos também apresentar nas alturas certas. E, portanto, será uma relação de trabalho perfeitamente normal como sempre existiu. É evidente, até pela nova orgânica das Forças Armadas, que todos estes assuntos, muitas das vezes, são discutidos pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA). Mas convém aqui referir que há assuntos que são específicos dos chefes dos ramos, nomeadamente a busca e salvamento é um dossiê que eu trato diretamente com o senhor ministro, o policiamento aéreo é outro que eu trato também diretamente com o senhor ministro. Portanto, há aqui algumas responsabilidades próprias à Autoridade Aeronáutica Nacional. Agora, outras atividades militares, obviamente que faço toda a coordenação que tenho de fazer com o CEMGFA e que a articulação funciona na perfeição.

Quem é que convida quem para apresentação de cumprimentos agora? Não há uma cerimónia prevista?
Haverá. Normalmente há sempre uma reunião entre os chefes e o senhor ministro, individuais também, e depois haverá sempre lugar a uma apresentação da Força Aérea ao senhor ministro no ramo, em que aí é feita uma apresentação global das atividades e das situações que se passam no ramo. Obviamente, estamos ainda nesta fase inicial, está a ser constituído o gabinete do senhor ministro e todas estas questões têm o seu tempo para acontecer, e, portanto, estão a decorrer com toda a naturalidade de uma forma muito tranquila.

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

O líder do PS, Pedro Nuno Santos, desafiou o Governo a apresentar uma moção de confiança.

(In)viabilizar ou não o Governo: o dilema de Pedro Nuno Santos

PARLAMENTO Primeiro dia do debate ficou marcado pelo desafio do líder socialista ao primeiro-ministro: apresente uma moção de confiança "e logo vê" o que o PS pensa das medidas.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Inviabilizar. A palavra marcou o primeiro dia de debate (que continua hoje, a partir das 10h00) sobre o Programa do Governo e ficou associada, sobretudo, a um protagonista: Pedro Nuno Santos, líder do PS.

Começava o debate a seguir ao almoço, e o secretário-geral socialista fazia uma declaração nos Passos Perdidos. O objetivo? Lançar um desafio a Luís Montenegro, primeiro-ministro: que apresente uma moção de confiança. Caso o faça, "terá oportunidade" de perceber o que acha o PS "sobre um Programa do Governo que combateu durante a campanha". Combate, esse, que continuará "porque [o PS] considera que é negativo para o país".

Durante a parte da manhã, Luís Montenegro colocou o ónus da governabilidade na oposição, dizendo que inviabilizar uma "moção de rejeição [há duas em votação, hoje, apresentadas por BE e PCP] significa apoiar um Governo até ao final da Legislatura". À tarde, o líder socialista deixou o desafio: "Se o senhor primeiro-ministro tem este entendimento, clarifique apresentando uma moção de confiança."

Relembrando aquilo que já tinha dito na noite eleitoral (de que não viabilizaria nenhuma moção de confiança, nem nenhuma de rejeição), Pedro Nuno Santos disse que na postura do partido só se trata de "garantir que não há um impasse constitucional".

O dia de hoje fica marcado pela incerteza: em caso de ser apresentada uma moção de confiança, como vai o PS votar? Se for contra, o Governo pode cair, e terá essa responsabilidade; se se posicionar a favor, fará aquilo que Montenegro dissera de manhã: será responsável pela governabilidade e por viabilizar o Executivo. Em relação às moções de rejeição de Bloco de Esquerda e PCP, os socialistas já anunciaram que se vão abster – e, ao que tudo indica, o sentido de voto não irá mudar.

Mas não só do lado do PS vieram os desafios para o Governo. Horas depois de Pedro Nuno Santos, foi a vez de André Ventura, do Chega, atirar a responsabilidade para o Governo, que acusou de entrar em "chantagem política".

A Legislatura, disse, "não começa bem", porque vai para o Parlamento, onde "não tem nada aproximado a uma maioria e diz aos deputados que aqueles que hoje viabilizarem o Programa do Governo estão amarrados a viabilizar tudo do Governo até ao fim da Legislatura". Isto levou Ventura a deixar avisos. O Chega não se deixará "chantagear". "Se quiser ir ao chão já hoje é já hoje [ontem] que se resolve, ou amanhã [hoje]", avisou o líder do Chega.

1500

Milhões Com a descida nas taxas de IRS até ao oitavo escalão, haverá uma diminuição de 1500 milhões de euros nos impostos.

9.º

Escolaridade O Governo prepara-se também para aprovar em breve o regresso dos exames em papel no 9.º ano.

Retificativo só avança se for necessário

O tabu mantém-se: vai o Governo governar com um Orçamento do Estado que não fez ou vai apresentar um Retificativo? O primeiro-ministro não responde. Se houver necessidade, "será o Parlamento a apreciar". Mas sem necessidade para tal, "não haverá" Retificativo.

Questionado diretamente por André Ventura, atirou que o Chega não devia estar "tão perturbado" porque "mais importante do que haver um Retificativo, é haver decisões para resolver os problemas das pessoas".

Ontem, na primeira parte do debate, Luís Montenegro (que garantiu ainda que quer "executar o Programa do Governo" e que não tomou posse só para ser primeiro-ministro) fez alguns anúncios de medidas que o Executivo tem já prontas a aprovar em Conselho de Ministros na próxima semana. Por exemplo: uma alteração ao Código do IRS, "introduzindo uma descida das taxas até aos oitavo escalão, "que vai perfazer uma diminuição global de cerca de 1,5 mil milhões de euros nos impostos", anunciou Luís Montenegro.

Foi também divulgado que o Governo vai iniciar conversas "amanhã [hoje] mesmo" para agendar encontros para compilar medidas para o combate à corrupção. Hoje vão acontecer também as primeiras reuniões com os polícias.

Além do anúncio de que os exames do 9.º ano vão voltar ao papel, o primeiro-ministro disse ainda que "nas próximas semanas, e como princípio de correção de erros e definição de uma nova política de habitação", o Governo vai aplicar a reversão do arrendamento forçado (aprovado com o pacote *Mais Habitação*) e promover o acesso à compra da primeira casa pelos jovens, com isenção de IMT e imposto de selo.

rui.godinho@dn.pt

"Não seremos nós a pôr em causa a estabilidade política e governativa (...) o povo português julgará o nosso trabalho e as alternativas apresentadas pelas oposições."

Luís Montenegro
Primeiro-ministro

"Não viabilizamos nenhuma moção de rejeição, nem viabilizamos nenhuma moção de confiança."

Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS

"Se [o Governo] quiser ir ao chão já hoje, é já hoje que se resolve, ou amanhã."

André Ventura
Presidente do Chega

Escritório de Aguiar-Branco ajuda Gebalis a cobrar rendas em atraso

CONTRATO Sociedade de advogados assinou com a empresa municipal lisboeta, representada por um antigo adjunto de José Pedro Aguiar-Branco, um dia após este ter sido eleito presidente da Assembleia da República. Fundador suspendera quota societária ao tornar-se deputado.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A sociedade de advogados José Pedro Aguiar-Branco & Associados assinou um contrato com a empresa municipal lisboeta Gebalis, no valor de 74 900 euros, acrescidos de IVA, um dia depois de o seu fundador ser eleito presidente da Assembleia da República. A aquisição de serviços jurídicos foi formalizada, segundo o portal de contratação pública BASE, a 28 de março, no dia seguinte àquele em que o deputado social-democrata se tornou a segunda figura do Estado, à quarta votação, graças a um acordo entre o PSD e o PS.

Ao DN, o porta-voz do presidente da Assembleia da República garantiu que, quando o contrato foi assinado, José Pedro Aguiar-Branco já tinha tratado de suspender a quota societária na sociedade de advogados que fundou em 2003, entregando também a cédula profissional na Ordem dos Advogados ao tomar posse enquanto deputado. Fora da política ativa há vários anos, o antigo ministro da Defesa e da Justiça e militante do PSD aceitou o desafio de Luís Montenegro para encabeçar a lista da Aliança Democrática por Viana do Castelo.

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

Aguiar-Branco suspendeu quota societária ao ser eleito deputado.

Naquilo que o porta-voz do presidente da Assembleia da República diz ter sido "um procedimento concursal normal", em que terão sido contactadas várias outras entidades, a Gebalis decidiu avançar para a aquisição de serviços, descritos como sendo de consultoria técnica e funcional, à José Pedro Aguiar-Branco & Associados, destinados ao Departamento de Gestão de Processos de Contencioso da sua Direção Jurídica e de Contratação Pública. Em causa está "assessoria jurídica e mandato forense, em processo de pré-contencioso e contencioso, administrativo e civil, tendentes à cobrança de dívida resultante dos contratos de arrendamento, realizados no âmbito dos programas de habitação do município de Lisboa". O que abrange casos de renda acessível, de renda convencionada e de arrendamento apoiado.

O valor que a Gebalis vai pagar à sociedade de advogados, representada na assinatura pelo *managing partner* Pedro Botelho Gomes e pela sócia coordenadora Joana Silva Aroso, prevê uma prestação de serviços durante 36 meses, cessando imediatamente "se, antes de decorrido o período máximo, for atingido o valor máximo contratual".

Da Gebalis para o Governo

Pela parte da Gebalis, dependente da Câmara de Lisboa, o contrato foi assinado pelo vogal da administração Gonçalo Saluce de Sampaio, que autorizou a adjudicação à José Pedro Aguiar-Branco & Associados num despacho de 15 de março, cinco dias após as legislativas que ditaram que o atual presidente da Assembleia da República fosse deputado.

Militante do PSD, Gonçalo Saluce de Sampaio foi adjunto de José Pedro Aguiar-Branco entre 2011 e 2015, quando este assumiu a pasta da Defesa Nacional nos dois governos de Passos Coelho. Depois da moção de rejeição do Executivo minoritário resultante das legislativas de 2015, substituído pelo do socialista António Costa, o agora presidente da Assembleia da República fez publicar um louvor a Sampaio "pela forma muito competente, dedicada e eficiente" como desempenhou funções, "tornando-se um elemento fundamental para o acompanhamento e concretização de alguns processos críticos". Foi o caso dos "complexos processos" relacionados com as indústrias de defesa, "com especial destaque para o exigente processo" dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, recebendo a medalha da Defesa Nacional de 1.ª classe.

Dias após assinar o contrato com a José Pedro Aguiar-Branco & Associados, Gonçalo Saluce de Sampaio trocou a Gebalis – presidida por Fernando Angleu, que esteve consigo na direção do Instituto Francisco Sá Carneiro – pelo Governo, como chefe de gabinete do ministro da Economia, Pedro Reis. O DN quis saber em que data foi iniciado o processo de aquisição de serviços jurídicos e se o então administrador da Gebalis ponderou conflitos de interesses ao fazer um contrato com a sociedade de advogados fundada pelo seu antigo ministro, mas Sampaio remeteu respostas para a empresa municipal.

Costa será investigado o "tempo que for necessário"

MUDANÇA Processo da Operação *Influencer* passou do Supremo Tribunal de Justiça para o DCIAP.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O processo que, de acordo com o próprio, levou o ex-primeiro-ministro, António Costa, a deixar o cargo e que precipitou a queda do Governo baixou ontem do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) para o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), considerando que o ex-chefe de Governo, na qualidade de cidadão, pode agora ser investigado em primeira instância.

Na qualidade de primeiro-ministro, António Costa só podia ser investigado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Tendo em conta que em Portugal não há vazios legislativos e António Costa teve de se manter como primeiro-ministro até ter sido oficialmente substituído por Luís Montenegro, o ex-governante teve de continuar a ser investigado na instância mais alta.

A notícia foi confirmada à Lusa pelo advogado de defesa de António Costa, João Lima Cluny, que adiantou que vai requerer uma notificação da decisão do Ministério Público (MP) junto do STJ, para poder avaliá-la.

António Costa, ex-primeiro-ministro.

A procuradora-geral da República, Lucília Gago, também confirmou a mudança de instância no processo, mas avisou que esta investigação, que envolve outras figuras proeminentes do Executivo anterior, que incide em negócios sobre hidrogénio e lítio, vai durar o tempo que for "necessário".

"As investigações criminais tomam o tempo que é necessário para elas avançarem, naturalmente com a eficácia desejável, mas tomando o tempo que também é necessário para ultimar essas mesmas investigações. É tão simples como isso", frisou a responsável pelo MP depois da tomada de posse do novo presidente do Sindicato dos Magistrados do MP, Paulo Lona.

HOMEM DE GOUVEIA/LUSA

Após os incidentes a bordo, o almirante Gouveia e Melo dirigiu-se aos militares do navio.

Militares do *Mondego* suspensos entre 10 a 90 dias

MARINHA Decisão foi conhecida e varia de acordo com a categoria, posto e antiguidade dos envolvidos. Os advogados vão contestar.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

As medidas disciplinares aplicadas aos 13 militares amotinados do *NRP Mondego* já são conhecidas: suspensão de serviço entre 10 a 90 dias, variável consoante a categoria, posto e antiguidade de cada militar envolvido. Em causa, está o não-cumprimento de deveres militares definidos no regulamento de disciplina militar.

Ao longo da elaboração do processo disciplinar, os tribunais administrativos afastaram a suspeição de imparcialidade "levantada pelos militares relativamente ao Comandante da Zona Marítima da Madeira, na qualidade de oficial instrutor do processo, e ao Comandante Naval, na qualidade de entidade com competência disciplinar".

O primeiro caso remota a 11 de março do ano passado. Nesse dia, o *NRP Mondego* falhou uma missão de acompanhamento de um navio russo a norte da ilha de Porto Santo, no arquipélago da Madeira, após 13 militares (quatro sargentos e nove praças) se terem recusado a embarcar alegando razões de segurança.

Mas, 16 dias após essa recusa, os militares falharam outra missão. Nessa altura, explicava em comunicado o Comando da Marinha da Zona Marítima da Madeira, "o *NRP Mondego* largou pelas 22h20, do porto do Funchal", indo rumo às Selvagens para fazer a "rendição" de elementos da Polícia Marítima e de elementos do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza. Mas, continuava a nota, "por motivos de ordem técnica", o navio acabou por regressar ao porto do Caniçal "sem segurança". A Marinha participou, então, estes incidentes à Polícia Judiciária Militar (PJM), em Lisboa, no âmbito de inquérito criminal, tendo também instaurado processos disciplinares – que agora terminaram.

Num relatório de inspeção elaborado por uma equipa constituída para o efeito, dias após a recusa dos militares, concluiu-se que o *Mondego* podia navegar em segurança, embora seja referida a existência de "fissuras na estrutura" do navio, "falta de estanqueidade", "dificuldades de esgoto da casa das máquinas" e "incapacidade de separação de águas e óleos". Apesar de confirmar as avarias, a Marinha referiu que os navios de guerra "podem operar em modo bastante degradado sem impacto na segurança", uma vez que têm "sistemas muito complexos e muito redundantes".

Após os factos, o almirante Gouveia e Melo, chefe do Estado-Maior da Armada, referiu que o caso tinha "gravidade muito grande". "Que interesses os senhores defenderam? Os da Marinha não foram certamente, os vossos muito menos. Só unidos venceremos dificuldades e vocês desuniram-nos", disse diretamente aos militares.

Defesa vai impugnar decisão

A defesa dos militares vai impugnar a decisão conhecida ontem, confirmou, ao DN, António Garcia Pereira, um dos advogados de defesa dos militares. Referindo que os advogados dos arguidos não foram "notificados sobre qual a sanção aplicável", o causídico revelou que a instância para onde será feito o recurso varia consoante o tempo de suspensão. Ou seja: há dois processos que serão contestados diretamente para o chefe de Estado-Maior da Armada e os outros diretamente para um tribunal administrativo.

Segundo Garcia Pereira, haverá ainda um recurso feito diretamente para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem , porque a decisão não foi tomada numa "audiência pública". Esta era, aliás, uma das exigências feitas pela defesa dos militares. Garcia Pereira aponta também que o processo ficou marcado desde o início por várias irregularidades, como uma das peritagens ao navio que, alegadamente, foi feita por "um elemento envolvido nos factos, o que representa uma irregularidade do ponto de vista da objetividade e da imparcialidade". COM **VALENTINA MARCELINO**

rui.godinho@dn.pt

Opinião
Maria Manuel Leitão Marques

A ciência não ocupa lugar

Em 2021, Portugal passou a liderar o grupo de países europeus com maior interesse em temas de ciência e tecnologia. Segundo um estudo do Eurobarómetro, 62% dos inquiridos demonstraram interesse nestas matérias, mais 30 pontos percentuais do que a média europeia, e a literacia científica dos portugueses aumentou para 58%, em 2021, quando em 2005 era de 20%.

A visita a centros de Ciência Viva também disparou nas últimas duas décadas, de 6% em 2005 para 59% em 2021, ocupando Portugal o segundo lugar na UE no número de visitas a estes espaços, ultrapassado apenas pela Estónia.

O mesmo aconteceu nos últimos 30 anos com produção científica nacional reconhecida internacionalmente, hoje 50 vezes superior, e com o investimento em investigação. O número de investigadores multiplicou-se por mais de 20 vezes, atingindo o nível médio da OCDE, com cerca de 11 investigadores por mil habitantes, quase tantas mulheres como homens, mesmo que ainda precisemos de melhorar a sua carreira.

Muito importante ainda é que 40% desses investigadores estão nas empresas (onde eram menos de 10% há 25 anos), sobretudo nos setores dos serviços e da indústria transformadora.

A despesa total na área de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em Portugal representa agora 1,73% do produto interno bruto, sendo que a meta passa por atingir 3% em 2030.

O sistema de ciência e tecnologia e inovação diversificou-se muito neste período, incluindo hoje mais de 300 unidades de investigação, 30 grandes laboratórios associados e 35 laboratórios colaborativos, orientados para a criação de emprego qualificado e a valorização social e económica do conhecimento, assim como uma rede de Centros de Interface Tecnológica, com forte implantação regional, direcionados para a difusão do conhecimento, sendo ainda muito maior o número de empresas que dispõem de atividades de investigação.

Tudo isto não ocorreu por acaso, nem por inspiração divina. Foi sobretudo fruto de uma clara prioridade política atribuída à ciência, na qual o nome de José Mariano Gago, várias vezes titular dessa pasta ministerial, foi seguramente incontornável, como recentemente ficou registado no livro publicado por Manuel Heitor, *Pelo Sonho É Que Vamos: Chegamos? Não Chegamos? 30 Anos dos Encontros de Prospectiva da Arrábida, 1992--2022*, com o apoio da Fundação Oriente.

Todos os dados que neste livro são registados demonstram que essa aposta na ciência valeu a pena. Foi mesmo um dos grandes sucessos destes 50 anos de democracia, um sonho a que chegámos, mesmo que na ciência seja sempre preciso sonhar mais. Essa aposta não melhorou apenas a qualidade do ensino superior, a qualificação das pessoas e as suas oportunidades profissionais. O impacto da ciência vai hoje muito para além das paredes das instituições do ensino, facilitando a inovação nas empresas e contribuindo decisivamente para a competitividade da nossa economia.

É, assim, no mínimo estranho e um mau sinal que a ciência não ocupe o lugar que se esperava na orgânica do novo Governo, sendo remetida para a área da educação, como se fosse um seu apêndice periférico, quando a ciência é mesmo um dos lugares centrais para o futuro de Portugal e da Europa.

Eurodeputada

Virança
Ana Drago

Não se distraiam

Passos Coelho saiu mais uma vez de casa num final de tarde, desta vez para ir abençoar a direita ultramontana e a sua agenda conservadora. Toda a encenação teve traços deprimentes, com um cheiro a mofo de gente assustada pelas mudanças sociais, que sonha com o regresso da dona de casa. E, enfim, Passos tende a ser apresentado, de tempos a tempos, como reserva moral da direita portuguesa.

O país franziu o sobrolho, a direita liberal mostrou o incómodo e à esquerda os sinos tocaram a rebate. Foi salutar essa multiplicação de reações.

Mas não nos enganemos. Não é uma guerra cultural que temos pela frente no ciclo político que por agora se inicia. Primeiro porque essa tentativa de criar um conflito sobre identidades e família é, pelo menos por agora, totalmente artificial e minoritária. A vida do país foi mostrando traços de transformação nos costumes e nas identidades sociais que nasceram pela mão de lutas sociais, de gente corajosa e de mudanças legislativas. O país avançou e modernizou-se. É a própria direita que prova que essa mudança é pacífica e bem-vinda na sociedade portuguesa. Temos um político que assumiu publicamente a sua homossexualidade e que é hoje Ministro dos Negócios Estrangeiros. Outros militantes destacados do (anterior) partido mais à direita, o CDS, também o assumiram com coragem no passado. Nunca mais ninguém falou disso. E bem. As mulheres portuguesas são hoje a maioria no ensino superior, há novos modelos de famílias sem dramas, e deixámos de prender as mulheres pobres que recorriam desesperadas às salas escuras do aborto clandestino. Na verdade, os dramas das mulheres portuguesas estão na discriminação salarial; nos horários e turnos que dificultam a vida familiar; nos salários baixos; e na violência cobarde que persiste exatamente nos modelos de "família tradicional". E os problemas das famílias com a escola pública não são os direitos humanos, discutidos nas aulas de cidadania. São a falta de professores; as escolas ainda degradadas; os apoios escolares para melhorar resultados; e a inquietação de saber se haverá residências universitárias, caso os filhos tenham de ir estudar para outra cidade.

Há lutas ainda por fazer, mas não há uma ferida aberta na sociedade portuguesa sobre modelos de família ou o papel das mulheres. Por isso, a nova identidade salazarenta de Passos Coelho é apenas um exercício de oportunismo político. É um político em busca de um papel e de uma agenda para o seu próprio protagonismo. Passos tem procurado persistentemente colocar-se como a figura tutelar de uma eventual aliança entre o PSD e Chega, caso ela seja essencial para que a direita se mantenha no poder. Este foi apenas mais um episódio dessa novela que, receio bem, vai continuar.

Mas nos próximos tempos, a aliança entre a direita liberal e a extrema-direita não será sobre identidades e costumes. Será sobre matérias bem mais prosaicas: trabalho e políticas sociais e económicas. No novo quadro político, o que está em debate são as questões do trabalho, dos rendimentos e dos apoios à iniciativa privada.

Dados recentes do Eurostat mostram que Portugal é hoje o segundo país da União Europeia com maior número de contratos laborais precários, e sabemos que permanece há décadas no fundo da tabela europeia dos níveis salariais. É um país em que o trabalho é barato – e isso explica muitas das dificuldades da economia portuguesa e da emigração dos mais jovens. Portanto, o que interessa saber é se o PSD se vai apoiar na extrema-direita para reforçar uma legislação laboral que promove essa precariedade e manter os entraves à contratação coletiva. Saber se tenciona travar a subida do salário mínimo. E, agora que se esboça a nova teoria de que afinal o excedente orçamental deixado pelo PS é uma maldição, saber se os trabalhadores com funções públicas continuarão em perda salarial desde que a *troika* aterrou no país.

E há um segunda dimensão: saber se as alterações nas políticas sociais servem de alavanca a novas rentabilidades oferecidas ao setor privado, a serem asseguradas por contratos com o Estado. Isto é, trata-se de saber se o dinheiro dos contribuintes será encaminhado não para os serviços públicos, mas para o setor privado da saúde ou da educação. Saber se se avança com a privatização parcial da Segurança Social; se o IRS das famílias vai pagar as rendas galopantes dos senhorios; e se o orçamento das obras públicas – e o novo aeroporto – vão servir para assegurar lucros fáceis sem necessidade de investimento, inovação ou competitividade.

Nestas questões, o alinhamento entre PSD e Chega não titubeia, nem tropeça. Até arrisco uma hipótese: quanto maior for a contestação a essa agenda de manutenção de baixos salários e rentabilidades asseguradas, mais vezes se levantarão no campo da direita querendo fabricar guerras de costumes e identidades.

Mas o ciclo que temos pela frente é sobre desigualdade social. É uma disputa sobre a distribuição de rendimentos e da riqueza criada na economia: ou vai para aumentar os salários ou vai para assegurar rentabilidades sem risco. Não se distraiam.

Investigadora do CES

Opinião
António Capinha

Há divisões na sociedade e nos partidos portugueses! E qual é o problema?

A recente apresentação por Passos Coelho do livro *Identidade e Família* deu origem a um enorme alarido comunicacional, seja no comentário político, nas redes sociais ou nas forças partidárias.

As posições conservadoras expressas na apresentação do referido livro suscitaram justificadas reações de setores de esquerda contestando as palavras do ex-primeiro-ministro e as posições sobre o aborto, a eutanásia e o conceito de família.

Existem, atualmente, divisões na sociedade portuguesa e nos partidos políticos que mais não são do que um reflexo de um sistema democrático que está pujante e dá mostras de uma grande vitalidade na sociedade portuguesa.

No PS e no PSD assistimos a fraturas que são a concretização de diferentes visões do momento político que atravessamos. No PS existe uma linha política, mais moderada, que defende entendimentos pontuais com o Governo de Luís Montenegro. Há, no PS, sensibilidades políticas que têm origem nas duas candidaturas que disputaram a liderança socialista, expressas nas figuras de José Luís Carneiro e Pedro Nuno Santos. A primeira de tendência social-democrata, herdeira do legado de Mário Soares, mais moderada do que a do círculo socialista de Pedro Nuno Santos. Esta última é representativa de uma esquerda com uma proximidade a setores do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, uma certa continuidade do projeto da geringonça.

No PSD há, igualmente, uma linha fraturante que tem uma origem nas diferentes visões do partido sobre política de alianças. Uma parte do PSD, capitaneada por Passos Coelho, defende uma aliança com o Chega, como solução de estabilidade governamental para o país. Uma segunda, expressa no "não é não" de Luís Montenegro, é apologista de um percurso político mais moderado, defendendo entendimentos pontuais com o Partido Socialista na procura de soluções que apontam para um projeto de bloco central. E, estendendo a sua ambição de diálogo a todos os partidos.

A par destas divisões partidárias a sociedade portuguesa, igualmente dividida, vai conhecendo as influências de novas realidades políticas, culturais e sociológicas nascidas na Europa democrática e expressas no crescimento de movimentos populistas e de extrema-direita que, paulatinamente, vamos importando. De certa maneira explicam-se, assim, as posições de Pedro Passos Coelho, de um retorno ao conceito da família tradicional, da negação do direito das mulheres ao aborto, e da eutanásia. Seja como for, nestes casos, um recuo em avanços civilizacionais cimentados há décadas na sociedade portuguesa, mas que, dentro de uma lógica democrática, é sempre possível analisar e discutir.

São, portanto, a nível partidário e sociológico, "marcas de água" de uma sociedade democrática, que temos de aceitar com tranquilidade e sem excessos. Essa é a riqueza de um sistema pluripartidário, que nas suas qualificações tem toda a capacidade de aceitar diferentes visões de diversas realidades sociológicas que vão atravessando a sociedade, os partidos políticos e as instituições.

Desde que exista o espaço político, a inteligência e a distanciação suficientes para se ir discutindo e analisando os vários ângulos que se vão colocando aos problemas, isso só pode ser benéfico e útil ao todo social português.

È importante, pois, que não se evolua para atitudes de cegueira ideológica, de censura, de edificação de muros culturais intransponíveis ou que se levantem trincheiras onde cada grupo ideológico, tendência, linha de pensamento ou opção política se entrincheirem em posições dogmáticas e terminais.

Não vivemos em regimes de partido único, não estamos sujeitos a um qualquer caudilho de cartilha direitista ou esquerdista. Somos, e queremos continuar a ser, um país democrático com pensamento livre e capacidade de análise de discussão dos diferentes movimentos sociais e culturais que, no nosso ego, podemos ajuizar serem bons ou maus, mas existem. É saudável pensar que esses movimentos não são um problema, mas sim uma oportunidade para nos informarmos e os discutirmos abertamente.

E as oportunidades devem ser agarradas com as duas mãos, sem temores nem reservas mentais.

Jornalista

Opinião
Miguel Romão

A pequena ideia de mulher no pequeno livro da família de 2024

Aproximando-se o aniversário das cinco décadas do 25 de Abril de 1974, o fim da idade da juventude e o início da maturidade, na escala de alguns autores medievais, pode ser bom não apenas proteger o que se conquistou, mas igualmente recordar o que foi ultrapassado e nunca vivido por boa parte dos Portugueses.

O estatuto da mulher está nesse plano: o que é óbvio para quase todos hoje não significa que, há bem pouco tempo, fosse quase o oposto. As mulheres não podiam aceder à magistratura, à diplomacia, ser polícias ou trabalhar na administração local. Apenas em 2004 pela primeira vez há uma mulher como juíza conselheira no Supremo Tribunal de Justiça, Maria Laura Leonardo. Careciam de autorização do marido para trabalhar ou para sair do país. O divórcio estava vedado no casamento católico. O salário da mulher era quase metade do salário do homem em circunstâncias idênticas. O acesso a cuidados de saúde para grávidas e mães de filhos ditos ilegítimos era limitado. O direito de voto era restrito, como se sabe, e ainda mais limitado para as mulheres. Em 1975 são eleitas mulheres para a Assembleia Constituinte e estão recenseados mais de seis milhões de cidadãos para votar, muitos destes mulheres, em contraponto com o pouco mais de um milhão de recenseados até então. Enfermeiras ou hospedeiras estavam proibidas de casar, professoras apenas podiam casar com autorização prévia, publicada em *Diário da República*, e com homem com um salário superior. 31% das mulheres em 1974 era analfabeta, em contraste com 19% dos homens. O alcoolismo descontrolado no âmbito familiar e a violência doméstica sobre as mulheres era a regra em muitos contextos.

31% das mulheres em 1974 era analfabeta, em contraste com 19% dos homens. O alcoolismo descontrolado no âmbito familiar e a violência doméstica sobre as mulheres era a regra em muitos contextos.

Por tudo isto e por muito mais, não deixa de ser extraordinário que, num livro muito recente, apresentado publicamente por um antigo primeiro-ministro, se leia, sem pudor: "Outra certeza que todos partilhamos é que ao longo dos séculos a mulher foi sucessivamente oprimida e desprezada. Esta convicção é estranha por duas razões. A primeira é que as mulheres sempre foram a maioria da população, o que torna insólito que sejam dominadas pela minoria masculina. O segundo motivo é que essas senhoras, alegadamente tiranizadas, nunca se queixavam ou manifestavam o seu desagrado. Se virmos com mais cuidado, a razão dessa tese é que as nossas avós raramente participavam da vida pública; não tinham carreira, não influenciavam a política, a cultura, a sociedade. O que faziam era dedicar a sua atenção toda à administração da casa, à educação dos filhos, à orientação e ao conforto da família. Precisamente aquilo que os nossos antepassados achavam o mais importante, e que nós hoje consideramos secundário, por estarmos todos virados para o exterior" (João César das Neves).

Para além da ironia triste deste comentário provir de um professor de Economia da escola de Economia e Gestão mais liberal aqui do retângulo, formadora por excelência dos gestores de topo do nosso pequeno capitalismo, ou seja, dir-se-ia, nas suas palavras, aqueles mais "virados para o exterior", há algo aqui de mais estrutural. E isso é o sentimento de que a mulher, na tradição ocidental, serve bem para mãe e para puta (como a legislação do Estado Novo bem regulava), para gerar homens, primeiro, e para os apaziguar, depois, mas para pouco mais do que isso. Passagens há no Antigo Testamento bem elucidativas, aliás, deste contexto. O estranho é que, dois milénios passados, ainda haja palavras – e homens – assim.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Opinião
Bruno Bobone

Comunidade de irmãos e de partilha

Numa época em que se fala constantemente de migrações, em que Portugal enfrenta uma enorme crise de natalidade, pouco se ouve falar da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Um dos temas mais relevantes e mais preocupantes do problema das migrações está ligado com a partilha de hábitos culturais, ou melhor, a dificuldade da partilha de cultura entre os migrantes e as sociedades que os acolhem.

Portugal precisa de receber muitos milhares de migrantes para poder responder à procura de recursos humanos de que precisamos para a manutenção e melhoria da qualidade de vida no nosso país.

A necessidade de mão de obra nos setores da agricultura, do turismo e mesmo da indústria vai levar-nos a receber todos esses migrantes, o que devemos fazer com responsabilidade, respeito e inclusão.

A tranquilidade dessa recetividade e inclusão está muito ligada à capacidade de integrar estes novos habitantes na cultura da nossa sociedade; e que é, ao mesmo tempo, a cultura que criou o ambiente que esses migrantes procuram.

Ora, Portugal tem uma vantagem maravilhosa do nosso passado, que foi estabelecida com enormes méritos e muitas injustiças, que é a CPLP, composta por nove países que partilham de muitas semelhanças nas suas culturas e que é uma realidade de que todos estes países se orgulham.

Neste tempo de crise internacional de migrantes, Portugal deveria claramente desenhar uma estratégia de aposta na receção daqueles que nos estão mais próximos, que conhecem bem a nossa cultura, que convivem connosco na nossa língua.

A CPLP, uma comunidade de quase trezentos milhões de pessoas que pode ser um fator muito importante para a afirmação da portugalidade no Mundo, que poderia permitir o crescimento das empresas portuguesas e dos restantes países dessa comunidade, que permitiria obter os recursos humanos necessários ao desenvolvimento das nossas economias, e tem sido uma oportunidade desperdiçada pelo nosso país e pelos nossos governantes.

A cultura partilhada que nos permite beneficiar de uma integração mais fácil e mais tranquila é, ao mesmo tempo, uma aposta numa aproximação entre estes países que lhes permitirá uma maior capacidade de desenvolvimento e de crescimento económico, que poderá ser aproveitado por todos eles para promover um mercado mais forte que apoie as suas empresas, os seus investimentos, e que resultará numa maior qualidade de vida dentro de toda a comunidade.

Neste tempo de crise internacional de migrantes, Portugal deveria claramente desenhar uma estratégia de aposta na receção daqueles que nos estão mais próximos, que conhecem bem a nossa cultura, que convivem connosco na nossa língua e que sofrem das nossas derrotas e festejam as nossas vitórias.

Que nos fazem sentir parte também das suas terras, das suas culturas, das suas gentes e que nos fazem orgulhar também dos seus êxitos e participar nas suas dores.

Mas, acima de tudo, dar a oportunidade àqueles com quem sempre mantivemos uma relação e que merecem o nosso carinho e o nosso apoio.

Com todos os erros e virtudes de uma história de que nos devemos lembrar e orgulhar criámos relações de parceria e de responsabilidade com aqueles que participaram nesse caminho de quase novecentos anos.

Com mais virtudes e tentando evitar mais erros devemos prosseguir nesta parceria com os povos com quem partilhamos uma maneira de viver.

bruno.bobone.dn@gmail.com

Falta de recursos humanos é uma das ameaças ao SNS.

ARTUR MACHADO / GLOBAL IMAGENS

"Há que ser paciente e baixar as expectativas. As reformas em Saúde levam muito tempo"

POLÍTICA Administradores hospitalares dizem que o Programa do Governo tem "prioridades bem definidas" e "medidas positivas e interessantes", embora faltem detalhes para se saber como vão ser aplicadas. E alertam: "Não há planos mágicos nem milagrosos em 60 dias."

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**

O Governo apresentou o programa para a área da Saúde centrado numa grande prioridade: combater a desigualdade no acesso aos cuidados. E destaca duas novidades: uma para os utentes – a criação de um cheque para consultas de especialidade, o que só há para cirurgias e saúde oral, sempre que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) não tiver capacidade de resposta – e outra para os profissionais – a criação de um Plano de Motivação, que irá "envolver as 67 carreiras" do serviço público. Mas serão estas medidas e as restantes, integrantes dos oito pontos definidos pelo Governo, suficientes para resolver os problemas do SNS a curto e médio prazo? O presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH) diz de imediato: "Temos que baixar as expectativas e ser pacientes, as reformas em Saúde levam muito tempo a surtir efeito."

Para Xavier Barreto, o programa para a Saúde tem "prioridades bem definidas e medidas positivas e interessantes", mas, salvaguarda, "um programa é por natureza um conjunto de ideias sucintas com pouco detalhe e precisamos de documentos técnicos para percebermos exatamente como vamos trabalhar. E é isso que esperamos poder discutir com a tutela da melhor forma possível". O administrador hospitalar não descarta a possibilidade de "algumas destas medidas poderem ter um efeito imediato, como a que pretende devolver mais autonomia aos hospitais". Aliás, espera "mesmo que tal aconteça, e rapidamente, pois é fundamental e estratégico para as unidades". Mas também é da opinião que "não há planos mágicos nem milagrosos". "É preciso perceber que o plano de emergência que vai ser preparado em 60 dias não virá resolver todos os problemas do SNS. Há que ser paciente", sublinha.

Cheques e plano de motivação

Este é o primeiro alerta de quem está no terreno a gerir unidades hospitalares e para quem o programa para a área da Saúde "faz sentido". "Há várias medidas que consideramos positivas, mas a questão é sempre como é que vão ser aplicadas e, neste aspeto, faltam-nos detalhes", argumenta Xavier Barreto. Mas, à partida, considera haver novidades para se combater "a principal ameaça ao SNS, que é a falta de recursos humanos". Neste aspeto, salienta o "Plano de Motivação para os Profissionais de Saúde para captar recursos humanos, mais autonomia para as unidades e maior flexibilidade na contratação, mais incentivos para equipas das urgências e para captar médicos aposentados".

Por outro lado, e no que toca ao acesso de cuidados, Xavier Barreto, destaca o que chama de "cheque consulta" como uma das principais novidades, medida que até agora só existia para a área cirúrgica e para a saúde oral, através do cheque-dentista. A grande questão em relação a esta novidade é "onde termina esta prestação de cuidados", questiona. "Será que este *voucher* é só para a consulta? E se desta resultar a necessidade de exames ou até de outros tratamentos? O que acontecerá? O doente regressa ao hospital público ou não? Pelo que li no programa, percebi que o *voucher* seria só para a primeira consulta, mas é preciso termos mais informação para se perceber como é que a medida vai ser aplicada", sublinha. À partida, "é uma medida positiva, mas não será suficiente para resolver o problema do acesso". O mesmo argumento aplica ao Plano de Motivação para os Profissionais, que diz ser "positivo". "Percebi que pode assentar no desempenho e no mérito para destacar os melhores, mas há outras questões que devem ser incluídas, como a formação contínua e mais envolvimento dos profissionais na organização e funcionamento das unidades."

No programa, o Governo assume "garantir o acesso a uma consulta de especialidade na rede de unidades de saúde convencionadas para este efeito, sempre que seja ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido no SNS", tal como a garantia de que irá "aproveitar a experiência de médicos de família aposentados que pretendam continuar a trabalhar no SNS, criando condições para que tal possa acontecer". Quer ainda "alargar o âmbito e a cobertura do programa Cheque-Dentista" e abrir "projetos-pilotos de Unidades de Saúde Familiares modelo C".

Parcerias com privados têm de salvaguardar SNS

São medidas que não deixam dúvidas em relação ao regresso de parcerias com entidades privadas ou outras, o que leva o presidente da APAH a defender: "As parcerias com o setor privado podem ser positivas se salvaguardarem a integridade do SNS e se não resultarem em iniciativas perversas que levem ainda à saída de mais profissionais do SNS para serem contratados para projetos dos privados. Isto, não faria sentido e estaríamos a dar um tiro no pé em relação ao SNS."

Xavier Barreto diz mesmo não "rejeitar, à partida, USF do tipo C (geridas por entidades privadas ou cooperativas). As PPP tiveram bons resultados nos cuidados hospitalares e não há nenhuma razão para que não tenham nos cuidados primários, mas tal tem de ser feito com as devidas cautelas". Por exemplo, "não podem ser dados incentivos às USF tipo C diferentes dos que estão a ser dados às USF tipo B (gestão SNS). Era um risco enorme que se correria, porque poder-se-ia dar o caso de os profissionais começarem a deixar as USF do SNS para se agruparem e criarem USF privadas. E esse risco não se pode correr".

O administrador hospitalar considera positiva a medida para reformular "a rede de referenciação dos serviços de urgência", pois "é importante obter-se uma rede mais coerente na concentração das respostas". Por outro lado, chama atenção para "a criação de uma consulta para doença aguda nos cuidados primários" – o que pode traduzir-se numa rede de centros de urgência nos cuidados primários. "É um ponto que a APAH defende há muito tempo. É o que existe em vários países da Europa, como na vizinha Espanha. E se queremos reduzir a procura das urgências hospitalares, sobretudo por doentes que embora tenham uma patologia aguda e precisem de tratamento, não são urgentes, temos de ter uma resposta alternativa. Não podemos esperar que as pessoas deixem de ir aos hospitais se não tiverem essa resposta nos cuidados primários."

No que toca à reformulação da organização e hierarquização da Direção Executiva do SNS e se esta faz sentido nesta altura, o presidente dos administradores hospitalares assume: "É o ponto em que mais dúvidas tenho, porque do que li do programa não se percebe que proposta têm e o que querem fazer." Resumindo, "há boas ideias no plano", a grande questão é como é que estas vão ser aplicadas. "E não será fácil."

anamafaldainacio@dn.pt

Igreja cria fundo entre as dioceses para indemnizar vítimas de abusos

DECISÃO Igreja Católica vai criar comissão para analisar os pedidos de compensação financeira às vítimas. José Ornelas lembra que é preciso distinguir o que é "abuso sexual e abuso de poder".

TEXTO **PAULA SOFIA LUZ**

A partir de junho e até dezembro deste ano as vítimas de abusos sexuais por parte de elementos da Igreja Católica podem solicitar compensação financeira "com caráter supletivo" (mesmo para os casos que ocorreram há 70 anos), anunciou ontem em Fátima o presidente da Conferência Episcopal Portugal, José Ornelas.

O bispo da diocese de Leiria-Fátima falava aos jornalistas no final da assembleia plenária da CEP, que decorreu ao longo desta semana, e onde o tema dos abusos voltou a estar em cima da mesma. Os pedidos de indemnização terão de ser apresentados ao Grupo VITA (que atualmente gere esse processo) ou às comissões diocesanas de proteção de menores e adultos vulneráveis, dentro do período estipulado. "Posteriormente, uma (nova) comissão de avaliação determinará os montantes das compensações a atribuir", revelou o presidente da CEP, no momento em que anunciava a criação de um fundo para este fim, "e que contará com o contributo solidário de todas as dioceses". A verdade é que nem todas estarão em condições de contribuir da mesma forma, como a própria Igreja admite. Mas essa é uma questão que fica para clarificar mais tarde, tal como sucede com as normas ou critérios com que as vítimas vãos ser consideradas. José Ornelas apenas confirma que "vão ser comunicadas posteriormente". De resto, o bispo reforça que o caráter "supletivo" revela que o processo "está decidido e estruturado", e que "na maior parte dos casos a indemnização já não se aplicaria, por terem prescrito todos os prazos da lei. "É supletivo na medida em que quem deveria indemnizar é quem cometeu o dano." Mas, neste caso, aplica-se mesmo àqueles casos que denunciam situações passadas há 70 anos, em que os autores dos abusos já morreram.

Questionado a respeito dos critérios e da limitação dessa compensação financeira a quem manifestar essa intenção, de forma proativa, o responsável máximo da CEP justifica que "só alguém que julga que é oportuno pedir reparação deste género é que o faz. Muitos acham que não tem preço aquilo que sofreram", disse.

NUNO BRITES / GLOBAL IMAGENS

Presidente da CEP, José Ornelas, explicou os passos a seguir pelas vítimas para receber as indemnizações.

Sabendo que até agora apenas 19 vítimas pediram indemnização, a Igreja não define porém um teto máximo, para valores ou números. "Serão indemnizados todos aqueles que chegarem", assegurou José Ornelas. O bispo não enjeita a realidade díspar das dioceses entre si, e por isso não garante que vão contribuir de igual forma, nem o contrário. O que sublinha é que "há uma responsabilidade direta de cada diocese nos casos que lhe dizem respeito" e foi decidido que "vão todas colaborar com esse fundo".

E se uma vítima (ou várias) discordar do valor proposto? "Temos uma coordenação nacional que irá avaliar cada caso", sustenta.

E espera a Igreja muita gente à procura dessa compensação financeira? "Não espero nem deixo de esperar. São aqueles que vierem", frisa o presidente da CEP, que agora entregará o caso a uma nova comissão, "competente, com autonomia, mas que nunca pode ser totalmente independente da Igreja", admite.

Abaixo-assinado pede cancelamento de congresso em Fátima

Um abaixo-assinado dirigido à Ordem dos Psicólogos circula desde ontem entre a comunidade LGBTqia+, denunciando uma intervenção da psicóloga Maria José Vilaça num congresso em Fátima, entre hoje e domingo. "Lembramos que o discurso da Dr.ª Maria José Vilaça, para além de ser anticiência e contra os Direitos Humanos, constitui uma promoção de um crime, de acordo com o diploma legislativo (Lei n.º 15/2024, de 2024-01-29) que proíbe as denominadas práticas 'de conversão sexual' contra pessoas LGBT+", refere o texto. O DN sabe que, além disso, alguns movimentos da Igreja enviaram também um *e-mail* ao bispo de Leiria-Fátima, apelando ao cancelamento do II Congresso dos Jovens da Família do Coração Imaculado de Maria, com o mote "Homens e Mulheres de Verdade", que tem entre os oradores Luca di Tolve, um italiano que foi "Mister Gay" nos anos 1990 e agora se diz "recuperado".

"É preciso uma limpeza"

Depois de anos a ouvir casos e casos de abuso(s) por parte de vários elementos da Igreja, o responsável máximo daquele órgão eclesiástico considera que "não se pode meter tudo no mesmo saco", distinguindo o que é abuso sexual de abuso de poder, por exemplo. E nesse campo, José Ornelas entende que "é preciso fazer uma limpeza disso em termos sociais, e também na Igreja".

Outro ponto que suscitou discussão na assembleia plenária foi a "complexidade social em que vive a sociedade portuguesa, com desigualdades gritantes, crises sucessivas e níveis de pobreza em crescimento". E por isso a Igreja debruçou-se particularmente sobre a questão dos migrantes, reconhecendo que "é preciso ir além das respostas de emergência". "Precisamos de nos organizar melhor, para que a parceria com o Estado possa ser cada vez mais eficaz", afirmou o bispo. E no que toca aos migrantes não tem dúvidas de que a questão vai muito para além do acolhimento. "Temos de impedir a exploração destas pessoas. Senão isto vira uma bomba-relógio."

paula.sofia.luz@ext.dn.pt

Autoridades identificam imigrantes sem-abrigo nos Anjos

Dezenas de imigrantes sem-abrigo foram identificados pelas autoridades junto à Igreja dos Anjos, em Lisboa, numa iniciativa lançada ontem pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) com o envolvimento de várias instituições. No local estiveram desde manhã elementos da Polícia de Segurança Pública a contactar os imigrantes nas tendas ali instaladas para obter a sua identificação, segundo relatou à Lusa Mariana Carneiro, da organização Solidariedade Imigrante. "A PSP foi quem esteve a fazer a abordagem aos imigrantes um a um. Tentou fazer a ponte com a AIMA [Agência para Integração, Migrações e Asilo]", disse a ativista.

Acrescentou que o total de pessoas em situação de sem-abrigo nesta zona tem oscilado recentemente entre 100 e 120, atualmente com uma forte presença de cidadãos oriundos do Senegal e da Gâmbia – "entre 60 e 80" –, que, na sua maioria, viram os pedidos de asilo recusados e receberam "aviso para sair do país em 20 dias".

"Na prática, as autoridades continuam a dar expulsões coletivas e forçadas", denunciou Mariana Carneiro. A ativista acrescentou que as pessoas estão no local "também em protesto" pela sua situação e acusando a AIMA de não estar a facilitar o processo: "É uma hipocrisia dizer que estes imigrantes são ilegais. Estas pessoas são todas precisas aqui no país."

Num esclarecimento enviado pela CML, a autarquia assume a iniciativa "com o objetivo de resolver a crescente concentração de pessoas em situação de sem-abrigo, no Jardim da Igreja dos Anjos". E salienta a participação de diversas entidades, nomeadamente a Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA), PSP, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Junta de Freguesia de Arroios e a Comunidade Vida e Paz.

DN/LUSA

Pais e diretores satisfeitos com provas do 9.º ano em papel

EDUCAÇÃO Ministério reforça que esta é uma decisão excecional e que no próximo ano serão discutidas com as escolas e as autarquias medidas para os estudantes fazerem a transição digital.

TEXTO **SARA AZEVEDO SANTOS**

Após muita contestação às provas digitais, o novo Governo reverteu a decisão e os exames finais de 9.º ano serão realizados em papel e não em formato digital. Já as provas de aferição mantêm o formato digital. A decisão foi anunciada ontem pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Pais e diretores aplaudem a decisão do novo Governo sem descartar a transição digital.

"Temos situações onde realmente existem condições para a realização dos exames de formato digital, contudo, em muitos locais e para muitos alunos, não estão reunidas na totalidade do país essas condições, nomeadamente infraestruturas, *kits* informáticos, etc.", afirma Mariana Carvalho, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), ao DN.

Já Filinto Lima destaca que esta foi uma decisão acertada. "Foi a primeira decisão deste Ministério da Educação e foi acertada. De facto as provas este ano, a título excecional, virão a ser realizadas em papel porque sabíamos, e agora temos confirmação dos números da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), de que neste momento mais de 13 mil alunos não tem acesso ao *kit* digital. Isso iria violar os princípios da igualdade e equidade", afirma o presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP). Segundo a DGEstE, 13 639 alunos do 9.º ano não receberam o *kit* digital do ministério que incluía portátil, *pen* de dados e acessórios".

As provas de aferição vão continuar a ser realizadas em formato digital.

ANDRÉ ROLO / GLOBAL IMAGENS

Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), destaca que não são contra a transição digital, apenas contra as situações de desigualdade que a falta de equipamentos pode causar. "Éramos contra os alunos do nono ano, em situações de desigualdade, partissem para fazer um exame digital que tinha valor certificativo para eles. E, portanto, o ministério foi sensível a esses nossos argumentos e decidiu que os exames voltam ao papel. Parece-me uma decisão sensata e baseada naquilo que todos nós dissemos, as escolas", diz.

A decisão do Ministério da Educação, Ciência e Inovação foi tomada com base em três critérios. Em primeiro lugar, o ministério afirma defender a autonomia das escolas e a sua capacidade de avaliar a ausência de condições adequadas para a realização de provas em formato digital. Em segundo lugar, definiu a equidade "como eixo prioritário da sua política educativa", e por isso, considera que é necessário garantir que todos os alunos realizam as provas em condições de equidade, não podendo o ministério ignorar os riscos de penalização dos alunos de contextos mais desfavorecidos. Finalmente, o Governo "acredita na importância da avaliação como ferramenta imprescindível de diagnóstico, monitorização e melhoria contínua do sistema educativo, sabendo que o seu valor e credibilidade da avaliação dependem de uma aplicação em contexto de serenidade, previsibilidade e ausência de perturbações externas que prejudiquem o desempenho dos alunos".

Segundo o Governo, esta é uma solução excecional e que no próximo ano letivo serão tomadas medidas, em articulação com escolas e autarquias, para os estudantes reunirem as capacidades para realizar provas em formato digital.

sara.a.santos@dn.pt

> *"O Governo decidiu pela sua realização em papel (provas do 9.º ano), de forma excecional, neste ano letivo." As provas de aferição mantêm-se em papel para sinalizar "o empenho na transição digital".*
>
> **Luís Montenegro**
> Primeiro-ministro

> *"Temos situações onde existem condições para a realização dos exames em formato digital. Contudo, em muitos locais e para muitos alunos, estas não estão reunidas".*
>
> **Mariana Carvalho**
> Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP)

> *"Foi a primeira decisão deste Ministério da Educação e foi acertada. Segundo os dados da DGEsTe, mais de 13 mil alunos não têm acesso ao kit digital."*
>
> **Filinto Lima**
> Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP)

> *"Éramos contra os alunos do 9.º ano, em situações de desigualdade, fazerem uma prova digital com valor certificativo. Parece-me uma decisão sensata."*
>
> **Manuel Pereira**
> Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE)

Morreu Afonso Braga da Cruz. "Uma grande perda para o país"

1932-2024 Vice-presidente do Grémio Literário tinha 92 anos e uma vida dedicada à instituição, lembra António Pinto Marques.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

"Uma enorme perda para o Grémio Literário e para o país", é como António Pinto Marques, presidente desta instituição, se refere à morte, ocorrida ontem de madrugada, do seu vice-presidente, Afonso Braga da Cruz, aos 92 anos.

Sócio do Grémio desde 1961, Afonso desempenhou ali vários cargos de direção, o que, como nota ainda António Pinto Marques, reflete uma vida de dedicação: "Considerava o Grémio a sua casa e era aqui que se sentia bem, mesmo nos últimos anos quando já não lhe era tão fácil movimentar-se." De resto, o presidente do Grémio, que diz "ter perdido um amigo e conselheiro", considera que, com a sua morte, se apaga um homem de grandes elevados valores culturais e morais.

Engenheiro de minas de formação (ainda são estudados trabalhos seus como *A amostragem na exploração dos pegmatitos com cassiterite : aplicação ao jazigo do Seixoso*), foi empresário (na Sopragol, empresa de transformação de tomate, de que foi presidente do conselho de administração e sócio até à venda da empresa em 2001) e, como nos conta António Pinto Marques, abdicou de uma carreira académica em prol da dedicação à vida religiosa (era numerário da Opus Dei desde jovem).

Afonso Braga da Cruz

Os seus interesses culturais excediam, no entanto, as questões da sua especialidade ou da vida religiosa. Atesta-o o facto de, em 2019, a Universidade do Minho ter adquirido o espólio bibliográfico de Afonso Braga da Cruz, considerado "a mais importante biblioteca particular sobre Braga". Dela fazem parte manuscritos, folhetos e fólios de 1528 até à atualidade, incluindo um importante núcleo referente à história da cidade de Braga, publicações ligadas à literatura, com destaque para a camoniana e camiliana, à história de Portugal, genealogia e heráldica, numismática, arte e azulejaria, matemática, física, química, ciências naturais, agricultura e vinhos.

O corpo de Afonso Braga da Cruz será velado na Igreja de Santa Joana Princesa, em Lisboa, a partir das 17h00 desta sexta-feira, e o funeral partirá amanhã, às 14h00, para o cemitério do Alto de São João.

BCE começa a cortar juros em junho, mas taxa continuará perto de 4% no final do ano

LAGARDE Presidente da autoridade anunciou que manteve as três taxas de juro diretoras inalteradas em máximos de 13 anos, pelo oitavo mês consecutivo mas, pela primeira vez, abriu claramente a porta a um corte ligeiro em junho.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

As taxas de juro principais da Zona Euro, definidas pelo Banco Central Europeu (BCE), devem começar a descer em junho, mas o ritmo será vagaroso, com muitos dos analistas que seguem política monetária europeia a apostarem que a taxa diretora de refinanciamento (refi) baixa, sim, mas poderá ficar parqueada ligeiramente abaixo de 4% no final deste ano. Atualmente, esta taxa central refi está em 4,5%, um dos valores mais altos de sempre na história da Zona Euro.

Ontem, a instituição presidida por Christine Lagarde anunciou que manteve as suas três taxas de juro diretoras inalteradas nos tais máximos pelo oitavo mês consecutivo.

No entanto, houve uma inovação no comunicado e no discurso da reunião de política monetária. Pela primeira vez nesta conjuntura de juros muito elevados para deter a inflação, o BCE admitiu que já pensa numa possível descida, o que dá aos observadores do BCE ainda mais confiança de que o primeiro corte venha a ocorrer em junho, como se diz há algum tempo.

KIRILL KUDRYAVTSEV/AFP

Desde setembro que a instituição liderada por Christine Lagarde não mexe nas taxas de juro.

"Se a avaliação atualizada das perspetivas de inflação, da dinâmica da inflação subjacente e da força da transmissão da política monetária reforçasse a nossa confiança de que a inflação está a convergir para o nosso objetivo [2%] de forma sustentada, para nós seria apropriado reduzir o atual nível de restritividade da política monetária", revelou a Lagarde.

Para Frederik Ducrozet, macroeconomista-chefe no grupo financeiro Pictet Wealth Management, esta frase da líder do BCE só tem um significado: "O BCE deve e irá quase de certeza cortar taxas em junho."

"Mesmo que o anúncio de política monetária não mencione explicitamente o mês de junho como o momento para uma primeira redução das taxas, pensamos que a reunião de hoje [ontem] deverá marcar a última paragem antes de um corte", refere Carsten Brzeski, economista-chefe do gabinete de estudos do grupo segurador holandês ING.

Este economista observa que "a descida mais rápida do que o previsto da inflação, bem como o crescimento anémico, abriram a porta a alguns cortes nas taxas" num futuro próximo.

No entanto, Carsten Brzeski repara na "relutância demonstrada na conferência de imprensa". Esta "mostra que o BCE não tem qualquer intenção de inverter totalmente os aumentos das taxas realizados desde julho de 2022, mas sim, de fazer alguns ajustes finos com um ligeiro afrouxamento de uma posição que ainda vai continuar a ser restritiva".

"Apesar de a economia da Zona Euro continuar a caminho de uma recuperação gradual – por mais fraca que possa ser – e enquanto o risco de reaceleração da inflação permanecer elevado, não esperamos ver o BCE a reduzir as taxas em mais do que um total de 75 pontos-base [0,75 pontos percentuais] este ano", acrescenta o economista holandês.

Se assim for, a taxa central de 4,5% só descerá até 3,75% no final deste ano.

"Em suma, está aberta a porta a um corte de taxas em junho, ainda que essa redução não seja um negócio fechado", rematou o analista do ING.

Conselho dividido

Não é um negócio fechado até porque ontem saíram informações de que houve divisão nas opiniões dos governadores quanto a manter ou descer taxas de juro já em abril.

Segundo a Bloomberg, "cinco governadores" demoraram mais a ser convencidos pelos restantes pares à mesa do BCE a decidir pela manutenção dos juros, como veio a acontecer.

Na conferência de imprensa, em Frankfurt, Lagarde explicou a situação, dizendo que "alguns membros" já estavam "suficientemente confiantes em relação à inflação" e que, assim, pareciam estar mais confortáveis em começar o ciclo de descidas já.

> A reunião de ontem do Banco Central Europeu deverá marcar a última paragem antes de um primeiro corte de taxas de juro em junho, esperam alguns analistas.

Mas esses ainda estão em minoria, pelo que a taxa de juro diretora aplicada às operações principais de refinanciamento regulares dos bancos comerciais da Zona Euro ficou nos referidos nos 4,5%, valor onde se encontra desde setembro passado.

Trata-se do nível mais elevado dos últimos 13 anos e meio. É preciso recuar a outubro de 2000, quando o euro ainda nem estava em circulação, para encontrar uma taxa de juro superior (4,75%).

Além disso, "as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas 4,75% e 4%, respetivamente", anunciou o BCE.

A instituição presidida por Lagarde diz que "a informação que tem vindo a ser disponibilizada confirmou amplamente a anterior avaliação das perspetivas de inflação a médio prazo".

"A inflação continuou a descer, impulsionada pela menor inflação dos preços dos produtos alimentares e dos bens. A maioria das medidas da inflação subjacente está a abrandar, o crescimento salarial regista uma moderação gradual e as empresas estão a absorver, nos respetivos lucros, parte do aumento dos custos do trabalho."

Aumentos passados pesam

Segundo o banco central, "as condições de financiamento permanecem restritivas e os anteriores aumentos das taxas de juro continuam a pesar sobre a procura, o que está a ajudar a reduzir a inflação".

"Contudo, as pressões internas sobre os preços são fortes e estão a manter a inflação dos preços dos serviços elevada", naquele que será um dos grandes motivos para que o BCE continue a adiar o começo do ciclo de alívio nos juros de que tantas famílias e empresas estão à espera há já bastante tempo, sobretudo as mais apertadas pelas prestações bancárias elevadíssimas atuais.

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

Proposta do Governo para IRS jovem só tem vantagem nos salários mais altos

IMPOSTOS Para um salário de mil euros, o regime em vigor, de cinco anos, é mais benéfico nos primeiros quatro, segundo cálculos da EY.

TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO**

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

Proposta do Governo prevê taxa máxima de 15% para jovens até aos 35 anos.

A mudança que o novo Governo se prepara para fazer nas regras do IRS para os jovens até aos 35 anos de idade beneficia, em comparação com o IRS Jovem atualmente em vigor, apenas os salários mais altos. De acordo com simulações feitas pela consultora EY para o DN/Dinheiro Vivo, o benefício para um jovem solteiro sem dependentes com um rendimento bruto mensal de mil euros (ou 14 mil euros anuais), só supera o do regime em vigor no quinto ano, ou seja, no último da sua aplicação, partindo do pressuposto que aderiu em 2024 (*ver infografia*). No conjunto dos cinco anos, mostram os números, a medida prevista no programa do Governo da Aliança Democrática (AD) representa menos 133 euros de benefício do que o IRS Jovem do anterior Executivo PS.

Já para um jovem com um rendimento bruto mensal de dois mil euros (28 mil euros anuais) há uma perda no primeiro ano face às regras em vigor em 2024 (de 918 euros), mas em todos os restantes quatro anos há ganhos. No total dos cinco anos que dura o IRS Jovem socialista, o benefício fiscal da proposta da AD é superior em 3842 euros.

Anabela Silva, fiscalista da EY, ressalva que os cálculos foram feitos com base na redação da medida que consta do Programa do Governo, que foi entregue na quarta-feira no Parlamento, e que prevê "uma redução de dois terços nas taxas de 2023, tendo uma taxa máxima de 15% aplicada a todos os jovens até aos 35 anos, com exceção do último escalão de rendimentos".

As simulações foram realizadas também de acordo com as taxas de IRS em vigor este ano, e que o Governo se prepara para baixar. Ontem, no primeiro dia do debate do programa governamental na Assembleia da República, Luís Montenegro disse que o Governo vai aprovar já na próxima semana "uma proposta de lei que altera o artigo 68.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, introduzindo uma descida das taxas de IRS sobre os rendimentos até ao oitavo escalão, que vai perfazer uma diminuição global de cerca de 1500 milhões de euros nos impostos do trabalho dos portugueses face ao ano passado, especialmente sentida na classe média", disse o primeiro-ministro.

No debate, e em relação ao IRS para os jovens, o Bloco de Esquerda criticou o Governo, dizendo que "mais de 80% dos jovens ganha menos de mil euros e não paga sequer IRS". "O seu programa não é para todos, todos, todos, é para muito poucos que ganham tudo", acusou o deputado José Soeiro.

Luís Montenegro respondeu com exemplos concretos. "Um jovem com um salário de mil euros brutos paga neste momento de IRS 1161 euros, com a nossa medida pagará 387. Um jovem que ganhe 1500 euros brutos paga atualmente 2847 euros e quando o IRS jovem for aprovado pagará 949", contrapôs.

O regime atualmente em vigor, no entanto, prevê um desconto no IRS de 100% no primeiro ano até ao limite de 20 370,4 euros. Nos anos seguintes o desconto vai decrescendo: 75% no segundo ano, até ao limite de 15 277,8 euros; 50% no terceiro ano, até 10 185,2 euros; e 25% no quinto e último ano, até ao limite 5092,6 euros. O benefício fiscal termina após os cinco anos. Já a proposta do Governo AD prevê a "adoção do IRS jovem de forma duradoura e estrutural". **Com LUSA**

Jovem com rendimento anual de 14 000€ (1000€/mês)

	IRS Normal 2023 (€)	IRS Jovem - Ano 1 (€)		IRS Jovem - Ano 2 (€)		IRS Jovem - Ano 3 (€)		IRS Jovem - Ano 4 (€)		IRS Jovem - Ano 5 (€)	
		2024	AD	2024	AD	2024	AD	2024	AD	2024	AD
Rendimento	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €	14 000,00 €
Rendimento isento	- €	14 000,00 €	- €	10 500,00 €	- €	7 000,00 €	- €	7 000,00 €	- €	3 500,00 €	- €
IRS	1342,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €	1165,00 €
IRS Jovem	1342,00 €	- €	222,00 €	- €	226,00 €	164,00 €	226,00 €	164,00 €	226,00 €	665,00 €	226,00 €
Benefício anual	- €	1165,00 €	943,00 €	1165,00 €	939,00 €	1001,00 €	939,00 €	1001,00 €	939,00 €	500,00 €	939,00 €
Variação		21%	-2%	51%	21%	73%	62%	73%	62%	30%	143%
		(ADvsOE24)	-222,00 €	(OE24vsAD)	-226,00 €	(ADvsOE24)	-62,00 €	(ADvsOE24)	-62,00 €	(ADvsOE24)	**+439,00 €**

Jovem com rendimento anual de 28 000€ (2000€/mês)

	IRS Normal 2023 (€)	IRS Jovem - Ano 1 (€)		IRS Jovem - Ano 2 (€)		IRS Jovem - Ano 3 (€)		IRS Jovem - Ano 4 (€)		IRS Jovem - Ano 5 (€)	
		2024	AD	2024	AD	2024	AD	2024	AD	2024	AD
Rendimento	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €	28 000,00 €
Rendimento isento	- €	20 370,00 €	- €	15 278,00 €	- €	10 185,00 €	- €	10 185,00 €	- €	5 093,00 €	- €
IRS	5 342,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €	4 695,00 €
IRS Jovem	5 342,00 €	4 80,00 €	1 398,00 €	1 534,00 €	1 398,00 €	2 588,00 €	1 398,00 €	2 588,00 €	1 398,00 €	3 642,00 €	1 398,00 €
Benefício anual	- €	4 215,00 €	3 297,00 €	3 161,00 €	3 297,00 €	2 107,00 €	3 297,00 €	2 107,00 €	3 297,00 €	1 053,00 €	3 297,00 €
Variação		200%	134%	181%	193%	150%	291%	150%	291%	87%	486%
		(ADvsOE24)	-9 18,00 €	(OE24vsAD)	**+136,00 €**	(ADvsOE24)	**+1190,00 €**	(ADvsOE24)	**+1190,00 €**	(ADvsOE24)	**+2 244,00 €**

FONTE: EY

1- Os nossos cálculos têm como pressuposto um jovem solteiro, sem dependentes 2 - Para efeitos de deduções à coleta, considerámos 250€ de despesas gerais e familiares 3 - Apresentamos os seguintes cálculos comparativos: (ii) IRS devido em 2024, de acordo com as tabelas de IRS e regime de IRS Jovem aprovado pela Lei do Orçamento de Estado para 2024, considerando que 2024 é o primeiro ano de aplicação do regime. (iii) IRS devido em 2024, de acordo com as tabelas de IRS em vigor em 2024 (aprovadas pela Lei do Orçamento de Estado para 2024) e alterações ao regime de IRS Jovem propostas pelo atual Governo 4 - Apresentamos os cálculos para toda a aplicação temporal do IRS Jovem (i.e. 5 anos), comparando com a carga fiscal normal sem a aplicação do IRS Jovem. 5 - Comparamos o benefício anual da alteração ao IRS Jovem aprovada pela Lei OE 2024, face à proposta do atual Governo.

BREVES

Ativos do BES insuficientes para pagar créditos

Os ativos do Banco Espírito Santo são insuficientes para pagar os créditos privilegiados do Fundo de Resolução e não haverá dinheiro para pagar aos cinco mil credores comuns e subordinados, segundo o relatório e contas da Comissão Liquidatária de 2023. O BES foi alvo de uma resolução no verão de 2014. Desde então, passou a ser gerido por uma Comissão Liquidatária. De acordo com o relatório datado de final de março, depois de em 2023 a Justiça ter dado razão aos créditos adicionais pedidos pelo Fundo de Resolução (devido à capitalização do Novo Banco), a Comissão Liquidatária decidiu qualificar como passivo créditos do Fundo de Resolução no valor de 2,7 mil milhões de euros. Por esse motivo, o banco teve um prejuízo de três mil milhões de euros em 2023, ano em que o ativo foi próximo de 175 milhões de euros e o passivo de 10,7 mil milhões.

Saída por despedimento coletivo sobe 88%

O número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos de janeiro até fevereiro aumentou 88% face ao mesmo período do ano anterior, totalizando 1123, segundo dados da Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho . Também o número de empresas que comunicaram ao Ministério do Trabalho despedimentos coletivos subiu 27% até fevereiro face há um ano, para 90. Quanto à dimensão das empresas, a maior parte dos processos registou-se nas pequenas empresas (44 processos), seguindo-se as micro (21), as médias (17) e as grandes empresas (oito).
Em Lisboa e Vale do Tejo foram comunicados 51 processos de despedimento coletivo nos dois primeiros meses do ano, enquanto no Norte se registaram 23, no Centro 14, um no Alentejo e um no Algarve.

O ataque, atribuído a Israel, contra o consulado de Teerão em Damasco provocou muitos protestos no Irão.

AFP

Médio Oriente em estado de alerta para ataque do Irão contra Israel

GUERRA EUA e Rússia apelam à contenção dos dois países para evitar uma escalada militar na região. Ao mesmo tempo, Washington garante que ajudará Telavive a defender-se em caso de ataque.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O Médio Oriente encontra-se em estado de alerta face a um possível ataque do Irão contra Israel como retaliação ao bombardeamento do consulado de Teerão em Damasco, no dia 1, e que causou a morte a sete elementos da Guarda Revolucionária. Os Estados Unidos pediram aos vizinhos do Irão para tentarem acalmar a situação e a Rússia apelou à contenção das duas partes. O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, disse que se prepara para possíveis "desafios" noutras "frentes", avisando que haverá resposta a qualquer ataque.

"Estamos a viver tempos difíceis no meio de uma guerra em Gaza que continua com toda a força. Além disso, continuamos com esforços incansáveis para trazer de volta os nossos reféns, mas também nos preparamos para desafios de outras frentes", anunciou ontem Netanyahu. No âmbito dos avisos de Teerão, sublinhou que "estamos prontos para cumprir a nossa responsabilidade pela segurança de Israel, na defesa e no ataque".

O líder supremo do Irão, *ayatollah* Ali Khamenei, alertou na quarta-feira que Israel "deve ser punido e será punido", depois de um dos seus conselheiros ter dito que as embaixadas israelitas "não estão mais seguras".

No mesmo dia o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que o Irão está "a ameaçar lançar um ataque significativo a Israel", prometendo apoio "firme" de Washington a Telavive, apesar das tensões diplomáticas entre os dois aliados sobre a conduta militar de Israel em Gaza.

Fontes oficiais norte-americanas garantiram à Al Jazeera que os EUA podem intervir para ajudar Israel a defender-se de um ataque iraniano, dizendo acreditar que a represália de Teerão está iminente e será conduzida pelo próprio Irão, e não por forças aliadas. De acordo com o T*he Times of Israel*, o líder do Comando Central dos EUA, general Michael Kurilla, chegou ontem a Telavive, esperando-se que se reúna com o ministro da Defesa, Yoav Gallant, e outras autoridades.

> A companhia alemã Lufthansa anunciou a suspensão dos seus voos de e para Teerão, provavelmente até sábado, "devido à atual situação no Médio Oriente".

Ontem, a Reuters avançou que o enviado dos Estados Unidos para o Médio Oriente, Brett McGurk, terá pedido aos ministros dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar e Iraque, para que entregassem uma mensagem ao seu homólogo iraniano para reduzir as tensões com Israel. O que, segundo a mesma agência de notícias, estes já teriam feito. A líder da diplomacia da Alemanha, Annalena Baerbock, também falou com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, tendo igualmente pedido contenção. "Ninguém pode ter interesse numa nova escalada regional. Todos os intervenientes na região são agora chamados a agir de forma responsável e a mostrar moderação", afirmou a alemã na rede social X.

Além dos países já referidos, nos últimos dois dias, Hossein Amir-Abdollahian falou também com o seu homólogo turco e viajou até à Síria e Omã, o país apontado como o mais provável intermediário de mensagens para Washington.

A Rússia apelou ontem também à contenção do Irão e de Israel face a uma nova escalada de tensões entre os dois países. "Agora é muito importante que todos atuem com moderação para não desestabilizar completamente a situação na região, que em si não é estável nem previsível", defendeu o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. O Ministério dos Negócios Estrangeiros russo emitiu ontem uma nota em que apela aos seus cidadãos para que se abstenham de viajar para o Médio Oriente.

Uma das consequências práticas deste clima de tensão foi o anúncio da Lufthansa, que decidiu suspender os seus voos de e para Teerão, para já, até sábado. "Estamos a monitorizar constantemente a situação no Médio Oriente e em contacto próximo com as autoridades", referiu a companhia alemã, a única ocidental, a par da sua subsidiária Austrian Airlines, a voar para o Irão. Esta segunda, que voa de Viena para Teerão seis vezes por semana, disse que ia manter o voo de ontem, mas ajustaria os horários das viagens, de forma a evitar pernoitar em território iraniano.

ana.meireles@dn.pt

China apoia Palestina na ONU

O Governo chinês confirmou ontem que "apoia totalmente" a incorporação da Palestina como Estado-membro de pleno direito da ONU e espera uma decisão rápida do Conselho de Segurança, órgão responsável por endossar esta entrada. A Palestina precisa de somar pelo menos nove votos a favor para completar a sua adesão à ONU, bem como necessita que nenhum dos países com direito de veto, incluindo a China, se pronuncie contra ela. Os EUA, que também têm esse poder, manifestaram dúvidas. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Mao Ning, defendeu que a escalada do conflito em Gaza deve servir para lembrar que é necessária uma solução para o problema. "A única forma de quebrar a espiral de conflitos entre palestinianos e israelitas é implementar plenamente a solução de dois Estados", que envolve "estabelecer um Estado independente da Palestina", enfatizou Mao.

GENYA SAVILOV / AFP

Militares ucranianos durante um exercício na região de Kiev.

Com falta de militares, Kiev aprova lei de recrutamento

GUERRA General disse que a Rússia tem dez vezes mais soldados do que a Ucrânia no leste do país. Moscovo ataca infraestruturas elétricas.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

A falta de armas não é o único problema da Ucrânia, que tem também falta de combatentes mais de dois anos depois do início da guerra com a Rússia. Para tentar colmatar este problema, o Parlamento ucraniano aprovou ontem as novas leis de recrutamento das Forças Armadas. Isto numa altura em que a Rússia continua a bombardear as infraestruturas elétricas do país, tendo destruído uma central elétrica na região de Kiev.

A nova lei estabelece novos procedimentos para o recrutamento, obrigando os homens a atualizar os seus dados junto das autoridades no prazo de 60 dias, e aumenta as punições para aqueles que tentam evitar ser chamados. Entre outras medidas, a lei prevê que também o aumento dos salários pagos aos voluntários e abre a porta a que alguns reclusos possam servir.

Na semana passada, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, já tinha promulgado outra lei que permitia o alistamento de homens a partir dos 25 anos (e não dos 27 como até agora). A nova lei deixa contudo de fora a cláusula que permitiria que os soldados que já combatem há mais de 36 meses voltassem para casa – uma medida mal recebida pelos militares.

Antes da votação final, o general Yuriy Sodol disse aos deputados que a Rússia tem dez vezes mais soldados do que a Ucrânia no leste do país. "Aprovem esta lei e as Forças Armadas ucranianas não vão desiludir o povo ucraniano", indicou o comandante das forças conjuntas. "Estamos a manter as nossas defesas com as nossas últimas forças", acrescentou, sendo aplaudido de pé pelos deputados. A nova legislação foi aprovada com o voto a favor de 283 deputados, tendo 49 votado contra.

Memórias de Navalny em outubro

O livro de memórias de Alexei Navalny, o opositor de Vladimir Putin que morreu a 16 de fevereiro numa prisão russa, vai ser lançado a 22 de outubro. "É a história completa da sua vida: a sua juventude, o seu ativismo, o seu casamento e família, e o seu compromisso com a causa da democracia e da liberdade russas", indicou a editora Knopf. A mulher de Navalny, Yulia Navalnaya, disse que o livro *Patriota* começou a ser escrito na Alemanha, onde ele se recuperou após ser envenenado em 2020, e foi acabado na prisão. Será lançado em mais de dez línguas, incluindo o russo.

Para fazer face ao outro problema – a falta de armas – Kiev continua a pedir apoio internacional. O porta-voz da Força Aérea, Illia Yevlash, pediu ontem "25 sistemas de defesa aérea Patriot" para proteger as cidades ucranianas "de ataques inimigos". A Rússia prossegue os bombardeamentos a infraestruturas do setor energético, tendo "destruído completamente" uma grande central próximo da capital ucraniana. Segundo Zelensky, durante a noite os russos terão disparado mais de 40 mísseis e 40 drones, tendo os ucranianos conseguido derrubar a quase totalidade de drones (39) mas apenas 18 mísseis.

"Não faz sentido"

O Kremlin disse ontem que as negociações de paz na Ucrânia que a Suíça organiza a 15 e 16 de junho não fazem qualquer sentido sem a presença da Rússia. O plano é reunir cerca de cem países para este evento. "Já dissemos muitas vezes que o processo de negociações sem a Rússia não faz sentido", afirmou o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov. Também a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Maria Zakharova, considerou que qualquer ação sobre a Ucrânia que "ignora a posição da Rússia" era "afastada da realidade" e "não tem qualquer perspetiva".

susana.f.salvador@dn.pt

Biden dá esperança a Assange após cinco anos preso à espera da extradição

ESPIONAGEM Presidente dos EUA disse estar a considerar o pedido da Austrália para desistir das acusações contra o fundador da WikiLeaks.

"Estamos a considerar." Estas foram as palavras do presidente dos EUA, Joe Biden, que deram esperança à família de Julian Assange, o fundador de WikiLeaks que foi detido há cinco anos em Londres e aguarda uma decisão sobre a extradição para os EUA. Biden referia-se ao pedido da Austrália, país natal de Assange, para desistir das acusações de espionagem contra ele – pelas quais pode ser condenado a 175 anos de prisão.

A mulher do fundador da WikiLeaks, Stella Assange, considerou "um bom sinal" que os EUA estejam a examinar o pedido australiano. "Parece que as coisas podem finalmente estar a caminhar na direção certa", disse à BBC. Já os seus advogados, assim como o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, disseram ser "encorajador" ouvir estas palavras de Biden. "Assange já pagou um preço significativo e basta. Não se ganha nada com a contínua encarceração de Assange", disse Albanese à televisão pública ABC, reiterando que essa é a posição do seu Governo.

O líder trabalhista tinha votado, em fevereiro, a favor de uma moção no Parlamento australiano que pedia o regresso do fundador da WikiLeaks à Austrália – onde nasceu há 52 anos. Albanese tem apelado aos EUA para que desistam do pedido de extradição. Algo que Washington estará a avaliar. A curta declaração de Biden surgiu em resposta a um jornalista, que perguntou se já tinha uma resposta ao pedido australiano. O presidente não disse mais nada.

O fundador da WikiLeaks foi detido pela Polícia britânica a 11 de abril de 2019, depois de viver sete anos na Embaixada do Equador. O país sul-americano tinha-lhe dado asilo político, mas recuou na proteção. Assange tinha-se refugiado na embaixada de Londres, quando estava em liberdade condicional, para evitar ser extraditado para a Suécia por crimes sexuais (acusação que negou e que mais tarde foi retirada).

Quando saiu da embaixada, foi condenado a 50 semanas de prisão por violar as condições da liberdade condicional. Os EUA revelaram então a acusação que tinham pendente contra ele, acusando-o de 17 crimes de espionagem e um de pirataria informática pela divulgação, a partir de 2010, de milhares de documentos classificados. E pediram a sua extradição.

Os tribunais britânico aceitaram a extradição em 2021, mas Assange ainda não esgotou os recursos – a próxima audiência do Supremo será a 20 de maio, tendo os juízes pedido garantias de que o fundador da WikiLeaks não será condenado à pena de morte e terá direito à liberdade de expressão (só garantida pela Constituição dos EUA a cidadãos norte-americanos).

Barack Obama, numa das últimas decisões antes de sair da Casa Branca, comutou a sentença de Chelsea Manning, a antiga militar que roubou os documentos que acabaram na WikiLeaks, permitindo a sua libertação após cumprir sete anos de prisão. **S.S.**

BENJAMIN CREMEL / AFP

Apelos à libertação de Assange frente à Embaixada do Equador, em Londres, no 5.º aniversário da sua detenção.

Análise
Germano Almeida

A impossibilidade israelita

Os atentados de 7 de outubro de 2023 foram o 11 de setembro de 2001 para os israelitas. O Hamas perpetrou um ataque hediondo, com pormenores de atrocidade que chegam a ser difíceis de conceber, muito menos de acomodar. O trauma nacional é insuportável.

O direito de resposta de Israel enquanto estado era inegável. E a necessidade de representatividade por parte dos cidadãos israelitas, muito em especial das famílias dos reféns, era evidente.

O problema foi tudo o resto: a desproporção da resposta, também hedionda, levou a que as ações do Governo de Netanyahu fizessem Israel perder a face. Do direito incontestável à defesa do seu território passou a uma chacina sem nome.

Mais de meio ano depois, o grau de destruição de Gaza (dois terços dos edifícios arrasados a norte, cerca de metade a sul) e um número inominável de vítimas mortais de civis palestinianos (pelo menos 33 mil, provavelmente mais) agravam a constatação: sim, não foi Israel que começou esta guerra – na véspera de 7 de outubro havia cessar-fogo e foi o Hamas a violá-lo –, mas não, o que Israel está a fazer em Gaza não tem defesa possível.

O povo israelita merece toda a solidariedade. O Governo de Netanyahu, na soma de ataques indiscriminados que têm levado à guerra mais mortífera da história recente do Médio Oriente, deixou de ser capaz de representar os israelitas. E isso está a ter consequências graves.

Netanyahu continua a escolher o lado dos extremistas que o seguram no Governo de Telavive (Ben-Gvir e Smotrich, que ameaçam desfazer a coligação se o primeiro-ministro israelita desistir do ataque a Rafah).

O líder do Executivo israelita ficou preso ao mantra de "depois do que fizeram a Israel, nunca mais vão poder fazer", que o legitimaria a fazer tudo para acabar militarmente com o Hamas. Só que a solução para neutralizar o grupo terrorista palestiniano sunita está longe de se cingir a uma resposta militar.

Ao secar qualquer tipo de solução política para Gaza, Netanyahu está a comprometer o seu futuro político. Percebe-se a reação emocional pós 7 de outubro, mas a total ausência de racionalidade do seu plano compromete Israel como um todo. E isso é grave.

Biden enredado num problema sem boa solução

Antes de 7 de outubro, a distância política entre Biden e Netanyahu era indisfarçável.

> **"Ao secar qualquer tipo de solução política para Gaza, Netanyahu está a comprometer o seu futuro político. Percebe-se a reação emocional pós 7 de outubro, mas a total ausência de racionalidade do seu plano compromete Israel como um todo.**

Não é segredo para ninguém que Bibi prefere a vitória de Trump em novembro (e não é só Putin que estará à espera de Donald na gestão de uma guerra).

Mas Joe teve uma reação inicial de grande apoio a Telavive, no momento mais horrível para Israel. A grande experiência do presidente dos EUA tem esse lado positivo. Será que isso atrasou a demarcação de Biden aos procedimentos inaceitáveis de Netanyahu? É aqui que entramos no labirinto sem saída aparente para Joe Biden no tema Israel/Gaza: como presidente dos EUA sabe que terá de estar sempre do lado israelita; como democrata tem de gerir as sensibilidades da sua ala esquerda e do seu eleitorado mais jovem, muito mais próximos da causa palestiniana e cada vez mais tendentes a alinhar pela diabolização de Israel.

A administração americana passou meses a acompanhar Israel na ideia de que o cessar-fogo só seria aceitável se o Hamas entregasse todos os reféns e se desarmasse. Mas, nas últimas semanas, consumou o divórcio com este Executivo de Telavive. Biden diz agora que Netanyahu só pode fazer a ação em Rafah depois de garantir a proteção dos civis e que deve esperar seis a oito semanas, para que seja garantida a ajuda humanitária. Mas, há dias, a Administração americana aprovou mais ajuda militar a Israel.

Enquanto isso, Putin assiste de cadeira: o prolongar da guerra em Gaza faz divergir as atenções internacionais e empurra os EUA para um dilema moral sem resposta clara. E isso pode ser trágico.

Joe Biden está enredado na impossibilidade israelita.

Especialista em Política Internacional

Opinião
João Almeida Moreira

O general e o multimilionário

Elon Musk, o multimilionário dono do X, manteve-se em silêncio quando, por causa de um *tweet*, o professor reformado Muhammad al-Ghamdi foi condenado à morte por enforcamento pelo regime autocrático da Arábia Saudita. O professor "descreveu o rei ou o príncipe coroado em termos que afrontam a justiça ou a religião", diz a sentença.

E, há menos de seis meses, Musk escreveu "haja prosperidade para todos" na legenda de uma foto sua com o mesmo Xi Jinping que proíbe o X de funcionar na China.

Pois Musk, que se cala perante o regime saudita e se acovarda ao lado do presidente chinês, resolveu chamar no último domingo, dia 7, um juiz do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF) de "ditador brutal" por este ter bloqueado contas do X.

Os perfis suspensos por Alexandre de Moraes são de utilizadores investigados num processo chamado "milícias digitais", que, segundo a Polícia, agiam nas redes para disseminar discurso de ódio contra as instituições brasileiras.

E de utilizadores alvo de um inquérito batizado de "8 de janeiro" por estarem envolvidos no planeamento de um golpe de estado promovido por membros do Governo de Jair Bolsonaro e por elementos das Forças Armadas. O plano visava manter Bolsonaro no poder e impedir que Lula da Silva tomasse posse, mesmo depois de o segundo ter batido o primeiro nas urnas. E ainda prender o próprio Moraes e demais juízes do STF, além de dissolver o Congresso.

Recapitulando: Musk opta por se silenciar perante o autocrata Mohammed bin Salman. E não se aflige com um regime de partido único, como o da China, desde que "haja prosperidade" para o seu bolso. Mas ataca um juiz que agiu para impedir uma tentativa de golpe de Estado, em pleno 2024, no Brasil.

Entre os militares suspeitos de participarem no golpe está o general Paulo Sérgio Nogueira, ministro da Defesa do Governo Bolsonaro.

Nogueira começou, antes das eleições de 2022, por integrar uma comissão de transparência das Forças Armadas formada para atestar a fiabilidade do voto eletrónico, muito contestado por Bolsonaro e pelo gado bolsonarista através das tais "milícias digitais".

A finalidade da sua participação no órgão, porém, nunca foi atestar se o voto eletrónico era fiável ou não, porque sempre soube que era, mas apenas garantir a vitória de Bolsonaro, conforme palavras do próprio numa reunião entre golpistas, cujo vídeo está na posse dos investigadores. "Vou falar aqui muito claro, senhores: a comissão é para inglês ver", disse ele.

Nogueira apresentou ainda uma minuta, redigida por um assessor de Bolsonaro, com o passo a passo do golpe aos então comandantes do Exército e da Marinha onde se sugeria a declaração de Estado de Sítio ou Estado de Defesa para justificar a troca de Lula por Bolsonaro no Planalto e o fecho das instituições. Quem o disse foi o ex-comandante do Exército, que se negou, ao contrário do ex-comandante da Marinha, em prosseguir com o golpe.

Nogueira nasceu em Iguatu, interior do Ceará, há 65 anos, e não há notícia de que perceba de carros elétricos. Musk é de Pretoria, na África do Sul, tem 52, e jamais tinha ido ao Brasil até 19 de maio de 2022.

Nesse dia, os dois cruzaram-se, e Nogueira, o amante de golpes, decidiu oferecer a Musk, o amante de ditaduras, a medalha da Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Comendador. A imagem dos dois, o general, de sorriso no rosto e ar encantado, e o multimilionário, de medalha ao pescoço e ar enfadado, não envelheceu nada bem.

Jornalista, correspondente em São Paulo

Opinião
Raúl M. Braga Pires

Tunísia: 68 anos, segunda República!

O processo eleitoral no Senegal ofuscou, neste espaço magrebino, as comemorações dos 68 anos da independência da Tunísia, celebrados a 20 de Março último. Bem a propósito, Pietro Longo, Fadhel Blibech e Ahmed Driss, do Centro de Estudos Internacionais para o Mediterrâneo/Univ. Oriental de Nápoles, publicaram esta semana *Citizenship in post-awakening Tunisia: Power shifts and conflicting perceptions*, artigo/resumo das últimas seis décadas, com ênfase nesta fase pós-revolução.

Pietro e colegas começam por realçar que a "a nova Constituição (de 2011) é correctamente celebrada como a constituição árabe que mais expandiu os pilares dos direitos democráticos. Formalmente, a Constituição de 2011 consagra os progressos que a Tunísia já fez, especialmente nos direitos das mulheres, no direito à liberdade de expressão e de reunião, liberdade de imprensa, direito à associação/formação de partidos políticos". No entanto, frisam Pietro e colegas, "a Constituição não resolve em definitivo tensões entre direitos individuais e o campo religioso. Por isso mesmo, e para manter os equilíbrios, o documento é ambivalente precisamente no papel desempenhado pelo Estado na defesa do religioso". O que é que isto permite? "A perpetuação, em vez de uma conclusão, dos debates sobre duas concepções de direitos". Este é o ponto em que estamos todos a falar a mesma língua, mas em códigos diferentes. Uns falam da Lei dos Homens, enquanto outros falam da Lei de Deus!

O artigo continua e coloca um foco na faísca que espoleta sempre as revoluções. No caso da Tunísia, "direitos económicos e sociais, contra um regime que promoveu crescentes brechas sociais e desequilíbrios socioeconómicos entre regiões com desvantagens". Não foi por acaso que a famosa imolação de Mohamed Bouazizi de 17 de Dezembro de 2010, se deu em Sidi Bouzid, iniciando a chamada Primavera Árabe, e não na capital ou no litoral turístico.

Numa primeira conclusão, "os dois pilares da revolução tunisina foram Liberdade e Dignidade", pacote cujo ecossistema permitiu a cavalgada islamista a partir de 2011. Não poderia ser doutra maneira, com as assimetrias sociais a permitirem-no.

Mas, numa segunda conclusão telegráfica deste artigo sobre o ponto actual da Tunísia, Pietro e colegas mencionam uma "barganha, um contrato social" que "garante políticas sociais progressistas e preços baixos aos mais pobres, educação superior e empregos à classe média e ganhos empresariais ao nível da baixa de impostos e bom ambiente de negócios para os mais ricos e empresários, em troca de segurança". Porque é que isto não se tem verificado ao nível do desenvolvimento económico? Porque o modelo de negócios tunisino continua a ser "corporativo e liderado pelo Estado", pelo que esta será área a repensar na continuação do caminho iniciado em 2011.

Facto interessante a assinalar, que decorreu das análises à origem da Primavera Árabe na Tunísia (Dez. 2010) e que rapidamente transbordou para Egipto, Síria e Iémen, é o seguinte: À data da independência da Tunísia, há 68 anos, o país tinha mais licenciados/as e bacharéis do que Argélia e Marrocos juntos, fazendo da universidade um dos pilares do *Nation Building* tunisino, que, à época do presidente Bourguiba (1957 - 1987), tal como Portugal, era conhecido enquanto "Pequena República dos Professores"!

Não foi por acaso que a famosa imolação de Mohamed Bouazizi de 17 de Dezembro de 2010, se deu em Sidi Bouzid, iniciando a chamada Primavera Árabe, e não na capital ou no litoral turístico.

Politólogo/arabista www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Victor Ângelo

Liderar no mundo de hoje

O que se espera de um líder político, de alguém que ocupa uma posição de primeira autoridade à frente dos destinos de um país? Esta foi uma pergunta que fiz a mim próprio, muitas vezes, sempre que fui chamado para mediar um conflito violento entre diferentes segmentos de uma dada sociedade. Ou quando tive de contribuir para a construção da paz e o restabelecimento das instituições de soberania, uma vez terminada uma guerra civil, um período de caos social, ou uma disputa de morte entre distintos grupos étnicos.

Essas experiências ensinaram-me muitas lições. Destaco duas, que podem ser relevantes nos tempos que vivemos, e que são geralmente guardadas na gaveta dos esquecidos. Para que haja progresso e se possa resolver os grandes problemas, o líder tem de compreender que o todo em cada país é feito de muitas partes, num mosaico social complexo que aglomera uma variedade de interesses e uma diversidade de visões. Por outro lado, que o diálogo entre as partes é fundamental. Os líderes mais capazes com quem trabalhei foram os que mostraram um dom para construir acordos e para unir o maior número possível de cidadãos à volta de projetos essenciais para consolidar a estabilidade social e resolver as questões que tinham um verdadeiro impacto sobre a vida dos cidadãos. Ou seja, a segurança interna, o crescimento da economia, a igualdade e a justiça no tratamento dos vários grupos de cidadãos, a solidariedade social, a gestão ambiental. Sem esquecer, obviamente, as questões mais habituais e sobremaneira importantes dos direitos cívicos, da saúde, do emprego, da educação e da simplificação administrativa.

Estou a pensar em Ellen Johnson Sirleaf (1938-), que foi presidente da Libéria uma vez restabelecida a paz, em Nelson Mandela (1918-2013), em Léopold Sédar Senghor (1906-2001), o primeiro presidente do Senegal, em Martti Ahtisaari (1937-2023), presidente da Finlândia e um extraordinário mediador internacional, em Mary Robinson (1944-), que esteve à cabeça da Irlanda e continua a ser uma das vozes mais claras em matéria de segurança internacional, em Kofi Annan (1938-2018), um dirigente que sabia combinar diplomacia com firmeza e dignidade, e em muitos outros.

Esses líderes nunca trataram a democracia como uma questão numérica, de metade dos assentos no parlamento mais um. Para eles e os seus pares, democracia era um esforço contínuo, de modo a que o regime político pudesse congregar o maior número possível de cidadãos. A base da governação deveria ser tão alargada quanto possível. Deveria assentar numa procura incansável de acordos políticos, numa narrativa e numa prática de inclusão e de equilíbrios de opiniões. Na realidade, viam o futuro como sendo a construção em comum de sociedades harmoniosas e de progresso, em que caberiam as propostas da maioria, com exceção dos extremistas, dos primários violentos, dos intolerantes. Durante o seu mandato como secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon utilizava frequentemente a palavra harmonia, quando partilhava connosco a sua visão da paz e das relações internacionais. Para ele, nós, os colaboradores mais diretos, tínhamos como missão transformar a desordem em harmonia. Construir consensos. Consensos e harmonia, no sentido de proporcionalidade e tolerância, são um excelente resumo do que se deve entender como democracia.

Nestes dias tenebrosos de guerras, gostaria de lembrar certas palavras de Ahtisaari, que na sua autenticidade e justeza, sempre mantenho presentes. Cito: "Todos os conflitos podem ser resolvidos. As guerras e os conflitos não são inevitáveis. São causados por seres humanos. Há sempre interesses que são promovidos pela guerra. Portanto, aqueles que têm poder e influência também podem resolvê-los. A paz é uma questão de vontade."

Vontade. Nunca contestei a importância dessa convicção. Mas a minha experiência fez-me acrescentar a essa certeza, duas mais: coragem e determinação. Vontade, com coragem e determinação. São estes três dos atributos que vejo no presidente Zelenski, mas que parecem faltar de modo confrangedor noutros polos de liderança fora da Ucrânia, nas capitais de países que poderiam fazer a diferença e repor a lei internacional. E quando se tem o poder e o mesmo não é utilizado para pôr fim à tragédia, a conclusão é para já tristemente simples: estamos perante líderes que não estão à altura dos desafios do nosso tempo. Nem na guerra nem na paz, e nem na defesa da democracia e de um futuro sustentável.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

GERARDO SANTOS/GLOBAL IMAGENS

Di María marcou o segundo do Benfica mas foi muito assobiado durante a segunda parte.

ESTÁDIO LUZ (LISBOA)
ÁRBITRO MICHALE OLIVER (INGLATERRA)

BENFICA	MARSELHA
2	1
TRUBIN	PAU LÓPEZ
BAH	MBEMBA (67')
ANTÓNIO SILVA	BALERDI
OTAMENDI	GIGOT
AURSNES	MERLIN (45'+2)
JOÃO NEVES	VERETOUT
FLORENTINO	LUÍS HENRIQUE
DI MARÍA	KONDOGBIA
RAFA SILVA	HARIT
DAVID NERES (71')	AUBAMEYANG
TENGSTEDT (71')	MOUMBAGNA (54')
TREINADOR	TREINADOR
ROGER SCHMIDT	JEAN-LOUIS GASSET
SUBSTITUIÇÕES	SUBSTITUIÇÕES
MARCOS LEONARDO (71')	NDYAIE (45'+2)
JOÃO MÁRIO (71')	OUNAHI (54')
	SOGLO (67')

GOLOS: RAFA (16'), DI MARÍA (52'), AUBAMEYANG (67')
CARTÃO AMARELO: DAVID NERES (18')

Noite com toque sentimental merecia segunda parte sem sustos

LIGA EUROPA Os dois golos de vantagem aos 51 minutos anteviam um jogo sem sobressaltos. Mas não foi bem assim e o Benfica permitiu um golo ao Marselha. Tudo será decidido em França.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

O Benfica venceu ontem o Marselha na Luz, por 2-1, um resultado que deixa as águias em vantagem na eliminatória que será decidida para a semana em França e que pode abrir as portas das meias-finais da Liga Europa. Foi um jogo especial, com um toque sentimental pela homenagem a Eriksson, num desafio que afinal teve a presença de adeptos franceses, depois de um volte face que vai permitir também que as águias tenham apoiantes no desafio da segunda mão no Vélodrome dia 18.

O jogo tinha uma envolvência especial, não só em termos desportivos mas também emocionais. A começar pela presença de Sven-Göran Eriksson na Luz, alvo de uma sentida homenagem *(ver texto ao lado)*. E também por se tratar do reencontro com um adversário histórico, com boas recordações de um dia feliz de abril de 1990, quando um golo de Vata com a mão permitiu às águias chegar à final da Taça dos Campeões Europeus – grande parte dos heróis dessa noite, Eriksson incluído, estavam na tribuna a assistir.

E, claro, pela parte desportiva. O Benfica estava obrigado a dar um sinal de retoma aos adeptos, depois de dois resultados frente ao rival Sporting que deixaram grande mossa: um empate (2-2) que significou a eliminação da Taça de Portugal e uma derrota (2-1) que praticamente selou o adeus ao título. Schmidt tem cada vez menos crédito juntos dos adeptos e um triunfo era obrigatório. Mas a exibição, sobretudo na segunda parte, mereceu ao treinador (e aos jogadores) uma enorme assobiadela no final.

Não foi de todo uma noite perfeita, sobretudo pela fraca exibição na segunda parte. A vantagem de um golo, porém, dá esperanças para o jogo da segunda mão no Vélodrome . E se tal acontecer, o adversário será o vencedor da eliminatória entre o Liverpool e a Atalanta – e os italianos estão bem lançados após a vitória por 0-3 em Anfield.

Roger Schmidt apostou no mesmo onze que defrontou o Sporting nos dois últimos jogos, mantendo a aposta em Tengstedt no ataque. Do lado do Marselha, dois nomes saltavam à vista: Mbemba, ex-defesa do FC Porto, e o ponta de lança Aubameyang.

Depois de um aviso logo aos 6', num lance onde Bah falhou o remate na pequena área dos franceses, o Benfica fez o primeiro aos 16', com Tengstedt a assistir Rafa para o golo (o 20.º da sua conta pessoal esta época). Até aqui o jogo mostrou um Marselha a jogar na expectativa e bem organizado na defesa, mas que dada a desvantagem foi obrigado a abrir-se mais e por isso a conceder mais espaços.

Até ao final da primeira parte, João Neves ainda obrigou Pau Lopez a uma defesa apertada com um remate de longe, aos 32', após assistência de calcanhar de Rafa (o melhor do Benfica no primeiro tempo). O Marselha, apesar de nenhuma oportunidade de registo, criava alguns calafrios nos pontapés de canto. Ao intervalo, o Benfica vencia também na posse de bola (61%/39%) e nos remates enquadrados (2-0).

Liga Europa
Quartos-de-final
1.ª mão

- >AC Milan-AS Roma, 0-1
- >**BENFICA**-Marselha, 2-1
- >Bayer Leverkusen-West Ham, 2-0
- >Liverpool-Atalanta, 0-3

Erro de António Silva no golo de Aubameyang

A segunda parte mostrou um Marselha mais atrevido, com as linhas mais subidas. Mas seria o Benfica a aumentar a vantagem. Depois de um remate de longe por cima aos 51', Di María fez o segundo após uma boa jogada de entendimento com Neres. Tudo parecia bem encaminhado para uma noite perfeita... mas que afinal não foi.

Os franceses ainda reclamaram uma grande penalidade de João Neves sobre Aubameyang, aos 58' mas após consultar o VAR, o árbitro nada assinalou. Minutos depois, o avançado gabonês gelou a Luz, reduzindo para 2-1, num lance em que Florentino perdeu uma bola no meio-campo e António Silva esteve muito mal no corte, permitindo que Aubameyang marcasse.

Depois foi um filme já visto esta época. Um jogo que parecia controlado acabou por se complicar, e Harit esteve perto do empate aos 73'. Sem grande velocidade e com poucas ideias, o final do jogo mostrou um Benfica sem conseguir criar oportunidades e a sofrer alguns sustos. E com os adeptos a assobiarem... Di María e a equipa no final. Afinal, uma noite com toque sentimental merecia uma segunda parte bem melhor.

nuno.fernandes@dn.pt

BENFICA

Emoção, memória e banho de carinho na homenagem benfiquista a Eriksson

TRIBUTO Toni, Shéu, Humberto Coelho e Valdo entre as velhas glórias que recriaram um estágio para o treinador sueco se despedir.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

"É muito bonito! Muita sorte a Rui Costa e a todos os benfiquistas! Obrigado a todos os benfiquistas! Muito obrigado a todos!" Foi assim, emocionado, que Sven-Göran Eriksson se dirigiu aos benfiquistas desde o relvado do Estádio da Luz, no último ato de uma homenagem ao treinador sueco, que comandou o Benfica durante cinco temporadas.

Entrou em campo com uma guarda de honra gloriosa. Toni, Humberto Coelho, Valdo, Rui Águas, Diamantino, José Carlos, Manniche, Carlos Manuel, Veloso, Shéu e Vítor Paneira entre muitos outros ex-jogadores aplaudiram o técnico que os liderou nas décadas de 1980 e 90. Isto enquanto os ecrãs gigantes passavam imagens da marcante passagem do treinador pela Luz e a claque Diabos Vermelhos exibia uma tarja com a mensagem: "Desde 1982 até sempre!"

E foi ladeado pelos seus antigos jogadores que Eriksson abandonou o relvado perante uma estrondosa ovação de pé e já depois de receber uma lembrança das mãos do presidente Rui Costa. "É muito bonito, muito obrigado ao Benfica! Estive com os antigos jogadores. Estou muito emocionado, nunca esperei sentir o que senti. Vamos apoiar o Benfica. Espero que o Benfica consiga um resultado positivo. Nunca me esqueci do Benfica. O Benfica é enorme! É um grande na Europa e no mundo. São muitas as recordações. Todos os adeptos querem que o Benfica ganhe, vim para apoiar", confessou ainda na Tribuna VIP onde viu o jogo ao lado da filha e das antigas glórias. Só faltou mesmo Vata, que vive na Austrália e não conseguiu comparecer na homenagem.

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Antes, o sueco, que em janeiro revelou sofrer de uma doença terminal e ter apenas cerca de um ano de vida, foi surpreendido pelos jogadores que treinou. Juntos recriaram esse estágio que precedeu o jogo de 18 de abril de 1990 diante do Marselha – o tal da famosa "mão de Vata" – que colocou o Benfica na final da Taça dos Clubes Campeões Europeus (que perderia para o AC Milan).

Toni colocou-lhe a braçadeira de treinador e entregou-lhe a palavra para a última palestra de Sven-Göran Eriksson como treinador do Benfica. "As horas passam muito rápidas e são muito intensas, com muita emoção. Eriksson deixa um legado nos jogadores e nos adeptos do Benfica. Marca a história do Benfica e do futebol português. Os antigos jogadores surpreenderam-no. É uma alegria para todos nós", confessou o antigo adjunto do sueco.

isaura.almeida@dn.pt

Amorim dá murro na mesa: "Não houve entrevista, muito menos acordo" com o Liverpool

SPORTING Treinador não quer mais conversas sobre o seu futuro até final da época por estar focado na conquista do título. Hoje há jogo com o Gil Vicente.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

Rúben Amorim colocou ontem um ponto final nas notícias constantes sobre reuniões mantidas com o Liverpool ou a existência já de qualquer acordo com o clube inglês válido para a próxima época. O treinador do Sporting não quer desviar o foco e concentração nos objetivos neste final de temporada e arrumou de vez o assunto no lançamento do jogo de hoje (20h15, SportTV1) com o Gil Vicente.

"É a última vez que vou falar sobre o meu futuro. Não houve entrevista, muito menos acordo, a única coisa que queremos aqui todos é ser campeões pelo Sporting, nada vai mudar. Sou treinador do Sporting e estou apenas focado como sempre a defender o meu clube. Como já não tenho mais nada para dizer não vai haver entrevistas ou acordos com o treinador do Sporting. Assunto está completamente arrumado, seja para este ou outro clube", disse.

A verdade é que o interesse do Liverpool é real – o treinador do Sporting está no topo da lista de preferências –, mas qualquer desenvolvimento ou acordo só acontecerá no final da temporada, depois das decisões. Esta é a posição de Amorim, o que não significa que o seu representante não esteja a trabalhar nos bastidores.

Esta posição de força foi assumida por Rúben Amorim na conferência de lançamento do jogo desta noite com o Gil Vicente em Barcelos. "O futuro é este e os próximos jogos, ganhar o campeonato, esse é o foco. As pessoas estão a dar passos à frente do que vai acontecer no fim da época. Nós estamos ainda aqui a lutar pela vida, os jogadores têm de o sentir. Não podemos perder pontos. Temos de seguir em frente com o nosso campeonato", reforçou.

O treinador abordou ainda a entrevista do empresário de Gyökeres, que deu a entender que a permanência do avançado sueco poderia estar dependente do treinador ficar ou não no Sporting. Mas não vê nisso um fator de desestabilização. "Não vejo por aí. Queremos que os jogadores se foquem no jogo, daí ser claro sobre a minha situação, acho que o burburinho vai terminar agora", atirou, voltando a elogiar o *scouting* do clube por "conseguir achar jogadores com grande talento e por um valor mais baixo".

Relativamente ao jogo com o Gil Vicente, e em jeito de alerta, concordou que o Sporting tem sofrido vários golos de bola parada e que é algo que tem de ser retificado. "Nessa parte do jogo somos das piores equipas, mas depois até a nível europeu somos das melhores em termos ofensivos, principalmente em cantos, se não estivermos no primeiro lugar estamos ali perto. É uma coisa que não liga com a outra. Temos de ser mais agressivos, aumentar a concentração e falar mais uns com os outros", analisou.

nuno.fernandes@dn.pt

MIGUEL PEREIRA/GLOBAL IMAGENS

Amorim quer jogadores mais concentrados nas bolas paradas.

***O Amor Louco*: filmado antes do Maio de 68, estreado em França em 1969.**

De que falamos quando falamos de amor louco?

CLÁSSICO O filme *O Amor Louco*, lançado em França em 1969, é um dos títulos fulcrais da obra de Jacques Rivette e também uma memória que pode simbolizar a energia criativa da Nova Vaga. Agora, numa cópia restaurada, acontece, finalmente, a sua estreia no circuito comercial português.

TEXTO **JOÃO LOPES**

A atualidade do cinema continua a ser marcada pelas formas mais poderosas de *marketing*, sobretudo aquele que decorre das estratégias globais dos grandes estúdios dos EUA — com filmes "bons" ou "maus", não é isso que está em causa. Qualquer grande produção com chancela de uma "major" de Hollywood consegue uma automática visibilidade mediática (em particular nas televisões que quase só reagem aos estímulos desse mesmo *marketing*), enquanto um filme alheio às convulsões financeiras do mercado corre o risco de passar mais ou menos despercebido. Digamos, então, para simplificar que o lançamento da cópia restaurada de *O Amor Louco*, de Jacques Rivette (1928-2016), é o pequeno grande acontecimento do momento: com data de 1969, arrisca-se a ser um dos destaques no balanço do ano cinematográfico de 2024.

O acontecimento envolve uma dimensão patrimonial que, hoje em dia, com a oferta caótica das plataformas de *streaming* (incluindo muitos filmes magníficos, também não é isso que está em causa), a maioria dos espectadores ignora ou, pior um pouco, menospreza. Este é, de facto, um filme cuja história está indelevelmente marcada pela destruição do seu negativo de 35 mm, num incêndio que, em 1973, atingiu os laboratórios GTC, em Paris.

A perda desse negativo não impediu a circulação do filme nos mais diversos contextos. Em Portugal, por exemplo, ainda que só agora tenha aquela que é, para todos os efeitos, a sua estreia comercial, foi projetado pela primeira vez em 1976, quando João Bénard da Costa o programou numa sessão memorável no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian.

Durante algumas décadas, *O Amor Louco* permaneceu como um objeto mais ou menos "perdido", tendo circulado nalguns casos, em anos mais recentes, em cópias incompletas ou já muito marcadas pelo uso. O problema foi, finalmente, superado quando, em 2022, com supervisão de Caroline Champetier (diretora de fotografia que trabalhou em alguns filmes de Rivette), se fez um restauro a partir de diversas cópias e materiais de rodagem ("rushes") guardados em laboratórios — o resultado abriu oficialmente, o ano passado, a secção de Clássicos do Festival de Cannes.

Tudo é teatro

O restauro de *O Amor Louco* seria, muito provavelmente, uma questão a que o próprio Rivette prestaria a máxima atenção. E não apenas por motivos técnicos. Isto porque há no filme uma duplicidade (será que podemos dizer uma esquizofrenia?) que resulta do facto de as suas imagens a preto e branco, assinadas por Etienne Becker e Alain Levent, se repartirem por dois formatos de película: o clássico 35 mm, em que circulavam quase todos os filmes, e o 16 mm, então dominante no espaço televisivo e também na área documental.

No espaço do teatro, o cinema dentro do cinema.

Estamos, afinal, perante uma ficção que é vivida como um documentário. E também um exercício documental que só existe enquanto tal porque, paradoxalmente ou não, integra componentes a que chamamos ficcionais. Assim, tudo acontece durante os ensaios da peça *Andrómaca*, de Racine — para as legendas portuguesas foi usada a tradução portuguesa de Vasco Graça Moura (ed. Bertrand). E acontece "duas" vezes, já que acompanhamos esses ensaios através de imagens de diferentes origens: umas provêm da filmagem propriamente dita, outras do acompanhamento dos ensaios por uma equipa de reportagem — as primeiras são em 35 mm, as segundas em 16 mm.

Não é, entenda-se, uma derivação do modelo do chamado *making of* que, mais tarde, se tornaria corrente (em particular nos extras do DVD), com resultados mais ou menos interessantes. Na verdade, a equipa de reportagem faz parte do próprio filme, já que vemos os seus elementos a circular pelo espaço do teatro em que decorrem os ensaios. Para Rivette, o que importa é mesmo esse jogo de espelhos entre a representação vivida e a representação filmada, num jogo de ambiguidades que, em última análise, dilui todas as fronteiras técnicas, informativas e estéticas.

Todo esse aparato é, afinal, inerente ao universo de Rivette — lembremos o exemplo de *O Bando das Quatro* (1989), sobre o funcionamento de um curso de arte dramática, dir-se-ia uma "repetição" romanesca de *O Amor Louco*. Ele filma as relações humanas como um compromisso formal, ora irónico, ora dramático, entre a naturalidade que existe (ou julgamos existir) em tais relações e os momentos em que, através de determinados dispositivos formais (a começar pelo teatro), homens e mulheres se revelam para lá de qualquer naturalismo, por vezes com grande surpresa mútua.

Daí as convulsões vividas pelo par central: Sébastien, encenador de *Andrómaca*, e a sua companheira Claire, uma das atrizes do elenco, interpretados por Jean-Pierre Kalfon e Bulle Ogier, respetivamente. Quando os vemos na intimidade do seu apartamento, seríamos, talvez, levados a supor que aí se manifestaria uma verdade secreta alheia ao trabalho teatral em que começámos por descobri-los — e tanto mais que, a certa altura, Claire entra em rutura artística com Sébastien, não se reconhecendo na lógica desse mesmo trabalho… Pura ilusão (nossa e deles): tudo acontece num turbilhão de gestos e palavras que contamina todos os cenários. No limite, para Rivette, tudo é teatro (até porque a vida privada dos protagonistas contém ecos perversos do texto de Racine). Se quisermos usar uma expressão com desconcertantes ressonâncias políticas, diremos que o teatro é a continuação da vida por outros meios.

Em Cannes, na sessão de apresentação da nova cópia, Jean-Pierre Kalfon, tendo a seu lado Bulle Ogier, fez uma observação muito curiosa acerca da sua relação com o próprio projeto de Rivette. Tendo em conta o título, Kalfon pensou que iria protagonizar uma história que, de alguma maneira, evocasse *O Amor Louco* (1937), o livro de André Breton citado em todas as memórias do movimento surrealista. Ao descobrir que não era essa a lógica do filme, compreendeu que esta tão peculiar incursão no teatro correspondia, isso sim, a uma crónica sobre um processo, disse ele, de "loucura amorosa".

O génio de Rivette

O Amor Louco é um título tradicionalmente citado como um dos momentos mais emblemáticos da Nova Vaga francesa, aliás confirmado pelas palavras célebres de François Truffaut: "Uma das mais belas obras da *Nouvelle Vague*".

Claro que tal afirmação possui um indesmentível valor simbólico.

Afinal de contas, pela sua obra como realizador e, antes disso, através do seu trabalho como crítico de cinema, Rivette integra essa magnífica galeria de "compagnons de route" em que também encontramos Truffaut e ainda Jean-Luc Godard, Eric Rohmer ou Claude Chabrol. Resta saber se, em 1969, quando se estreou *O Amor Louco*, o rótulo "Nova Vaga", para lá da herança que agregava, ainda era artisticamente pertinente.

As possíveis respostas surgem também marcadas por diversas formas de ambiguidade. É, realmente, discutível que *O Amor Louco* ainda tenha surgido como expressão linear da riqueza criativa da Nova Vaga, sobretudo se nos lembramos que, cerca de um ano antes do seu lançamento, as convulsões políticas e ideológicas do Maio de 68 estilhaçaram todas as bases do movimento. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que *O Amor Louco* foi rodado em Paris antes do Maio de 68, mais exatamente nos meses de julho-agosto de 1967. Podemos até considerar que a Nova Vaga se "encerrara", também em 1967, quando Godard realizou *Week-end/Fim de Semana*, obra-prima apocalíptica que, de modo irreversível, expôs a decomposição estética e ética do contexto social em que a Nova Vaga nascera e colhera muitas das suas histórias.

Curiosamente, a já referida duplicação de registos de *O Amor Louco*, com a "reportagem" no interior da própria ação e o uso de dois tipos de película, não é estranha a outra componente vital da Nova Vaga, nomeadamente nos filmes de Godard e do próprio Rivette. A saber: o recurso às novas máquinas "ligeiras", sobretudo as câmaras de filmar cada vez mais leves. Nas suas primeiras longas-metragens, respetivamente *À Bout de Souffle/O Acossado* (1960) e *Paris Nous Appartient* (1961), há várias situações — por exemplo, no modo como ambos filmam as ruas de Paris a partir de automóveis em movimento — que permitem perceber que tais máquinas estavam a impulsionar os cineastas a repensar o modo de relação com o mundo à sua volta, eventualmente discutindo (ou ultrapassando) as noções clássicas de realismo cinematográfico.

Agora que o imaginário audiovisual está dominado pelo "realismo" tosco, determinista e moralista que contamina muitas formas de informação televisiva, vale a pena sublinhar a atualidade do risco moral de *O Amor Louco*. Simplificando, diremos que, no caso de Rivette, esse risco não é estranho à sua paixão por Howard Hawks (1896-1977), mestre clássico de Hollywood, autor de títulos como *À Beira do Abismo* (1946) ou *Rio Bravo* (1959). Podemos, a propósito, citar o seu texto "O génio de Howard Hawks", publicado no n.º 23 dos Cahiers du Cinéma (maio 1953):

"É verdade que os extremos nos fascinam, como nos fascina tudo o que é arriscado e excessivo, e que reconhecemos grandeza na falta de moderação — daí resulta que nos sintamos intrigados pelo choque dos extremos, uma vez que nele se reúne a precisão intelectual das abstrações com o elemento mágico dos grandes impulsos terrenos, ligando, numa afirmação de vida, as tempestades às equações. A beleza de um filme de Hawks provém deste tipo de afirmação, convicta e serena, sem remorsos e com energia. É uma beleza que demonstra a existência pela respiração e o movimento pela caminhada. Aquilo que é, é."

***Revolução (Sem) Sangue*, programado num ciclo inevitável do 25 de Abril, no renovado Turim.**

O bonito renascer dos ciclos de cinema

CICLOS A estreia do objeto de culto que é *O Amor Louco* faz-nos vontade de um ciclo de Rivette. Não se pode ter tudo talvez porque haja uma fila de espera neste panorama de euforia de ciclos nas salas de cinema. Importante, talvez, perceber o que aí vem nesta nova forma de programar os "clássicos".

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA**

A Cinemateca e o novo Batalha Centro de Cinema parecem estar a cumprir as suas missões. Nada, mesmo nada contra, mas os exibidores ultimamente estão cada vez mais virados para criarem os seus próprios ciclos de cinema, uma tendência que se acentuou após a pandemia. Também nada, nada contra, como se das salas de cinema de exploração comercial pudessem ser geradas micro cinematecas para públicos específicos. Ganha o cinéfilo, ganha toda essa procura em chamar novos públicos, mesmo com o risco de diluição de informação a nível jornalístico...

A estreia de um objeto como *O Amor Louco*, de Jacques Rivette, é um fruto dessa diversidade de programação, mesmo que não venha de um contexto de um ciclo sobre este cineasta herói da Nova Vaga, acontecendo num período onde se apresentam um sem número de ciclos e mostras temáticas.

25 de Abril, ciclos para todos os gostos

Dessa fartura saliente-se por exemplo o esforço do Cine-Teatro Turim, que a partir de dia 24 começa o ciclo Liberdade, obviamente pensado para celebrar os 50 anos da Revolução dos Cravos. Entre as escolhas está uma que para muitos pode vir a ser demasiado óbvia, *Revolução (Sem) Sangue*, de Rui Pedro Sousa, atualmente nos cinemas. Nessas escolhas de programação cabem ainda *Raiva*, de Sérgio Trefaut; *Outro País*, também de Trefaut; *Cartas da Guerra*, de Ivo M. Ferreira e *Salgueiro Maia – O Implicado*, de Sérgio Graciano.

Mais a centro da cidade, a Midas Filmes preparou no Ideal também um ciclo com o mesmo tema, intitulado Que Farei eu com Esta Espada, um ciclo com obras menos óbvias e com a colaboração do programa da Cinemateca FILMar. Arranca a 25 de abril e termina dia 30, incluindo filmes como *Balada da Praia dos Cães*, de Fonseca e Costa, *A Fuga*, de Luís Filipe Rocha e *Que Farei eu Com Esta Espada*, do imortal João César Monteiro. Cinema raro com cineastas que ficaram e ficarão sempre da nossa filmografia.

O Cinema Medeia Nimas, a sala de cinema do país com maior ritmo de ciclos, tem já para a semana o começo de dois ciclos: Japão Eterno, com os filmes marcantes dos grandes mestres japoneses "conhecidos", e Marlon Brando – Centenário do Nascimento, com uma mão cheia de projeções onde um dos maiores atores de sempre é a estrela. Desse Japão cinéfilo, destaque para *O Herói Sacrílego*, de Mizoguchi, título que não fez parte da última retrospetiva que a Medeia lhe fez, bem como *Rapsódia em Agosto*, saudoso filme de Akira Kurosawa, com um Richard Gere que não quis cobrar *cachet*.

Seguindo para norte

Mais a norte, em Coimbra, na Casa de Cinema, em meados de maio está a ser preparado um ciclo chamado Palco e Tela: Diálogos entre Cinema e Teatro. A programação da equipa de Tiago Santos parece estimulante e vai de Bergman a Oliveira, passando por Cassavetes a Lars von Trier. Era bom que depois dessas sessões houvesse sempre um debate...

No Porto, outra sala com bom gosto para ciclos, o Cinema Trindade, também em maio, está em fase de esboço um ciclo de cinema argentino, algo bastante oportuno numa altura em que já não temos a mostra AR, dedicada ao cinema desse país, e pela constante renovação de estilos dessa cinematografia.

De relembrar que no Batalha Centro de Cinema prossegue o ciclo em torno de Jane Campion, Sem Cedências e Se o Cinema é uma Arma, um conjunto de filmes para tentar perceber se esta arte pode ter um capital de libertação. Ainda assim, é em maio que esta sala do Porto volta a propor o The Last Movie, um programa em torno dos últimos filmes vistos por personalidades internacionais. Um ciclo macabro em funciona em jeito de maratona noite adentro de 4 para 5 de maio.

FILMES&SÉRIES AGENDA

OPERAÇÃO OUTONO
Bruno de Almeida
RTP Play

Nesta azáfama dos ciclos dos 50 Anos do 25 de Abril parece que há um filme que ficou de castigo, o belíssimo *Operação Outono*, *thriller* escorreito e seco que narra a operação da PIDE para assassinar o general Humberto Delgado. Felizmente, é um dos títulos portugueses disponível na plataforma da televisão pública. Mesmo longe da perfeição, Bruno de Almeida soube ser subtil no exame dos factos e deu-nos uma obra com a tensão correta. **RUI PEDRO TENDINHA**

LUPIN III: O CASTELO DE CAGLIOSTRO
Hayao Miyazaki
Cinemas

É a primeira longa-metragem de Hayao Miyazaki, e só agora tem estreia comercial nas salas portuguesas, numa versão remasterizada em 4K. Conto rocambolesco, que mete dinheiro falsificado, mafiosos, uma donzela em apuros e os segredos de um castelo, *Lupin III: O Castelo de Cagliostro* (1979) dá ao universo do famoso ladrão de Maurice Leblanc uma roupagem de animação energicamente inventiva. Estavam aqui as sementes do futuro do mestre japonês. **INÊS N. LOURENÇO**

EVIL DOES NOT EXIST – O MAL NÃO ESTÁ AQUI
Ryusuke Hamaguchi
Cinemas

Reflexão muito nipónica sobre os novos perigos ecológicos através da progressão do turismo. É um filme que narra uma coexistência entre dois mundos, o da cidade e o rural. Não dá muitas respostas, prefere respirar, mostrar... Em certos sentidos, o cineasta de *Drive My Car* encontra uma possibilidade de cinema zen. Nem sempre é bem sucedido mas tem um charme inexplicável que fica. Grande Prémio na Mostra de Veneza. **R.P.T.**

O labirinto da internet, ou onde está a verdade?

A Rede Antissocial
de Giorgio Angelini e Arthur Jones na Netflix

Como traçar a fronteira entre verdade e mentira? Eis uma pergunta que o mundo da Internet veio transfigurar. Este documentário é uma proposta de divulgação e reflexão cujas singularidades importa sublinhar — e valorizar. Não uma especulação abstrata, mas um inquérito jornalístico tendo como ponto de partida o "4chan", um *site* criado em 2003 por Christopher Poole (celebrizado pela alcunha "moot") seguindo o modelo dos chamados "imageboards": um espaço de partilha de imagens e comentários em que os participantes permanecem anónimos.

Num mundo de muitos memes (o subtítulo é *Os Memes da Desordem*), a verdade passou a ser encarada como uma produção arbitrária, a ponto de este ser um relato, tão delirante quanto inquietante, que evolui da futilidade das brincadeiras originais para as mentiras das campanhas de Donald Trump e, por fim, o ataque ao Capitólio a 6 de janeiro de 2021. Contando com depoimentos dos primeiros protagonistas do "4chan", agora desiludidos com a evolução do *site*, este é um filme de uma atualidade genuinamente didática. **JOÃO LOPES**

CÉLINE ET JULIE VONT EN BATEAU
Jacques Rivette
Cinemateca

A par da chegada ao circuito comercial de *O Amor Louco* (1969), eis outro momento fulcral da filmografia de Rivette. Com data de 1974, esta é a viagem real e surreal, transparente e enigmática, de Juliet Berto e Bulle Ogier (também colaboradoras no argumento) que vivem a sua identidade como uma celebração teatral. Ou não fosse Rivette um cineasta do humano como um grande teatro coletivo (dia 15, 18h00). **J.L.**

SONHAR EM NEGRO
Adjani Salmon
Filmin

Pouco depois de *Such Brave Girls*, a Filmin acrescenta ao seu catálogo outra *sitcom* refrescante, com doses avultadas de simpatia. São seis episódios de 25 minutos centrados num jovem jamaicano (Adjani Salmon) que deseja tornar-se realizador de cinema – enquanto não acontece, vai sonhando acordado e reagindo às microagressões racistas do dia a dia com uma graça que exala boa onda... Na equipa criativa há o gene português de Laura Seixas. **I.N.L.**

EX MACHINA
Alex Garland
Netflix

Para aperitivo a *Guerra Civil*, de Alex Garland, nada melhor do que ver ou rever o seu melhor filme até à data, a sua distopia sobre Inteligência Artificial feita com cinismo, "cooleness" e um sentido de humor arriscado. A história de um jovem programador selecionado para uma experiência com uma mulher humanoide numa ilha isolada. Ficção científica elevada, escrita com laivos de visionário. E há uma Alicia Vikander melhor do que nunca. **R.P.T.**

O DESCONHECIDO DO NORTE-EXPRESSO
Alfred Hitchcock
Cinema Nimas

Na semana em que se soube que David Fincher tem planos para um remake deste clássico de Hitchcock, de 1951, adaptado de Patricia Highsmith, é uma sorte poder reencontrá-lo num grande ecrã em Lisboa (amanhã, 18h). Perfeitamente calibrado na sua malha *noir* em torno de um insólito pacto criminoso, *Strangers on a Train* é a prova do casamento mágico entre a letra da escritora americana e a lente do génio britânico. Arte pura e perversa. **I.N.L.**

NOITE DE ESTREIA
John Cassavetes
RTP Play

Notável ator, John Cassavetes (1929-1989) foi também, enquanto realizador, um grande diretor de atores, em particular de Gena Rowlands, sua mulher. Este filme de 1977 (título original: *Opening Night*) é tanto mais importante na carreira de ambos quanto se trata do retrato íntimo de uma atriz a viver, entre a euforia e o pânico, um trabalho de composição teatral – um clássico que nunca deixará de ser moderno. **J.L.**

avisos, tribunais e conservatórias

CARTÓRIO NOTARIAL DE SETÚBAL
SANDRA BOLHÃO

EXTRATO

Eu, **SANDRA MORAIS TELES BOLHÃO,** Notária com Cartório em Setúbal, na Avenida Bento Gonçalves, número 19-B, **CERTIFICO**, para efeitos de publicação, que por Escritura de Justificação lavrada neste Cartório no dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, a folhas trinta e seis e seguintes, do Livro número duzentos e quarenta e nove – A, **CONSTANTINO PEREIRA DA ROCHA** e mulher, **MARIA ZULMIRA MARQUES DA CONCEIÇÃO ROCHA**, casados sob o regime da comunhão geral de bens, residentes na Travessa da Cunha, número 3, Vila Nova de Cerveira, **DECLARARAM** que, com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores da **FRAÇÃO AUTÓNOMA** designada pela letra "**F**", que corresponde ao segundo andar esquerdo, para habitação, que faz parte do prédio urbano, em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Conde de Redondo, números 88, 90, 92, 94 e 96, freguesia de Coração de Jesus, concelho de Lisboa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número **VINTE E TRÊS**, da dita freguesia, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo **47**, da freguesia de Santo António.

– Que, em data que não consegue precisar, mas que terá sido no decurso do ano de mil novecentos e noventa e oito, Laurinda Rosa Pereira, tia-avó do justificante marido, doou verbalmente ao justificante Constantino Pereira Rocha, a totalidade da fração atrás identificada.

– Que, à data, a doação foi efetuada de forma meramente verbal, atendendo à proximidade familiar existente, tendo ficado acordada a formalização para data posterior, após a tia-avó do justificante marido organizar todos os documentos necessários para a marcação da Escritura.

– Que, atendendo a que a duração da sua posse, há mais de vinte anos, se tem mantido continuamente e de forma ininterrupta, já adquiriram a referida fração autónoma por **USUCAPIÃO**, invocando, por isso, esta forma originária de aquisição, para todos os efeitos legais.

ESTÁ CONFORME.

Setúbal, aos dez de abril de dois mil e vinte e quatro

A Notária
(*Assinatura Ilegível*)

Reg. sob o n.º 111

Comunicado

Beneficiação do Pavimento Fátima - Leiria (A1)

Durante os meses de maio a junho de 2024

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que, face ao prolongamento dos trabalhos em curso, no âmbito das obras de beneficiação do pavimento, no Sublanço Fátima-Leiria, incluindo os ramos do Nó de Fátima, da A1-Autoestrada do Norte, a conclusão da obra ocorrerá em junho de 2024.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada mais bem-adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

Melhoramos a pensar em si

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO
FUNDADA EM 11 MARÇO DE 1912
Instituição de Utilidade Pública reconhecida por despacho de 12 dezembro de 1933
Decreto n.º 23 345 publicado no 2.º semestre do *Diário da República* de 1933

MEMBRO HONORÁRIO
DA ORDEM DE MÉRITO
(*DIÁRIO DA REPÚBLICA,* II SÉRIE – N.º 139 – 24/06/1987)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do n.º 2 do art.º 36 e das alíneas b) e c) dos Estatutos da nossa Associação, aprovados por Escritura Pública a fls. 143, do livro de notas 109-A, convoco a Assembleia Geral Ordinária, para o próximo dia 29 de abril, pelas 18 horas, na Sede situada na Avenida Duque de Loulé – Edifício dos Bombeiros em Linda-a-Velha com a seguinte ordem de trabalhos:

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2023

Nos termos do n.º 1 do art.º 38, se não houver número suficiente de Associados para a Assembleia funcionar, convoco a mesma sessão para meia hora depois funcionar com qualquer número de presenças.

Linda-a-Velha, 10 de abril de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Eng.º António Eduardo Baptista Leitão

Um mês para viajar pela gastronomia do Ribatejo e Alentejo

TURISMO O Petiscos e Vinhos do Tejo e o Food Love Fest pretendem homenagear a cultura gastronómica regional. Cada uma à sua maneira, estas iniciativas convidam a visitar os sabores e os produtos tradicionais.

Vidigueira, Rio Maior, Évora, Beja e Elvas são as próximas paragens do Food Love Fest.

FOTOS GONÇALO VILLAVERDE

TEXTO **SOFIA FONSECA**

As melhores iguarias e os melhores vinhos do Ribatejo e do Alentejo estão garantidos em duas iniciativas que estão a decorrer e que só suscitam dois problemas: onde ir e o que escolher. Mas com um mês inteiro pela frente será possível agilizar a agenda de forma a não deixar escapar as melhores sugestões que o Petiscos e Vinhos do Tejo e o Food Love Fest têm para oferecer.

Vamos começar esta viagem gastronómica pela capital ribatejana, Santarém, onde está a decorrer até 5 de maio, em 27 espaços da cidade, um evento que pretende ser mais uma foram de impulsionar o turismo daquela que quer ser a Capital da Gastronomia à boleia do Festival de Gastronomia e de outras iniciativas, como esta, que lhe estão associadas.

Durante o mês do evento, os restaurantes e gastrobares participantes, que se encontram na zona urbana da cidade de Santarém, servem ao público, no seu próprio espaço, um petisco e um copo de vinho da região dos Vinhos Tejo pelo preço de 10 euros. Há a possibilidade de adquirir *vouchers* antecipadamente no Posto de Turismo local, o qual dá um desconto de 50%.

"A gastronomia é, sem dúvida, um setor muito relevante para o turismo, e o turismo é fundamental para a economia da região. Este evento que agora apresentamos é mais uma das iniciativas que tem chamado a Santarém centenas de pessoas, que vêm não só pela nossa gastronomia, mas por tudo o que a região tem para oferecer", diz João Teixeira Leite, vice-presidente da Câmara Municipal de Santarém, em comunicado.

Com a curadoria do *chef* Rodrigo Castelo, cujo restaurante Ó Balcão recebeu recentemente uma estrela Michelin e uma estrela verde, a iniciativa conta com a adesão de quase 30 espaços de restauração, pelos quais pode passar, degustar um petisco e um vinho e carimbar o passaporte da Rota do Petisco & Vinhos do Tejo. Ovos rotos com cogumelos e maionese trufada (A Grelha), ovos de tomatada à antiga (BlackFrog), sável ou fataça frita com arroz de tomate e favas (Casa Lusitana) e Hot Dog Bao Surf & Turf (Pátio da Graça) são algumas das propostas. Os primeiros 15 participantes que visitarem 10 restaurantes serão premiados com três garrafas de vinho do Tejo – um branco, um tinto e um rosé.

Chefs de topo

Numa outra iniciativa, realizada em moldes completamente diferentes, continua em destaque a gastronomia ribatejana mas também a do Alentejo. O Food Love Fest, que iria decorrer apenas em março, foi prolongado e vai estender-se ao longo deste mês com *chefs* de restaurantes regionais a receber dois convidados, para um menu conjunto inspirado nas tradições e feito com os produtos locais.

> A iniciativa, promovida pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo, tem como objetivo homenagear a cultura gastronómica regional.

Estes são exemplos dos vários pratos que estão disponíveis nas duas iniciativas.

FOTOS DR

Vidigueira, Rio Maior, Évora, Beja e Elvas são as próximas paragens do Food Love Fest. Esta sexta-feira, há jantar preparado pelos *chefs* Bernardo Monteiro, David Correia e Pedro Gouveia na Taberna 1865, em Rio Maior. Amanhã, o palco muda para o Cavalariça, em Elvas, onde o *chef* Bruno Caseiro convida Michele Marques (Mercearia Gadanha, Estremoz) & Manuel Liebaut (Lisboa). E, no domingo, poderá ir à Malhadinha Nova, em Albernoa, Beja, para um jantar que junta os *chefs* Joachim Koerper, Ricardo Costa (The Yeatman, Gaia) e Leonel Pereira (Check In, Faro). Finalmente, a 21 de abril, um derradeiro jantar no Inevitável Vila Galé, em Elvas, preparado pelo chef Alberto Muralhas e pelos convidados Romão Reis (Vila Galé Alentejo Vineyards, Montemor-o-Novo) e Pedro Gaspar (Vila Galé Collection, Elvas).

A iniciativa, promovida pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo, tem como objetivo homenagear a cultura gastronómica regional, dar a conhecer uma nova geração de cozinheiros e descentralizar a gastronomia dos grandes centros urbanos. Para participar é necessário reservar diretamente com cada restaurante. Os preços variam.

PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN

ACENTUADA ACELERAÇÃO INFLACIONÁRIA NOS PAÍSES DA O.C.D.E.

LUTO E PESAR GERAL EM ISRAEL

TERRORISTAS ÁRABES COMETERAM VERDADEIRA CHACINA NUMA CIDADE DE ISRAEL NA FRONTEIRA COM O LÍBANO

O FUTURO

ADVERTÊNCIA DE CHABAN-DELMAS:

MITERRAND NO ELISEU SERIA O "INFERNO TOTALITÁRIO"

A COLABORAÇÃO DO POVO

MONOLITISMO

ATAQUE Três guerrilheiros árabes atacaram um prédio numa cidade perto da fronteira entre Israel e o Líbano. Morreram 21 pessoas, incluindo os atacantes. A inflação continuava a subir e, em França, a campanha eleitoral para as presidenciais agitava-se.

Massacre em Israel causa 21 mortos

TEXTO **ISABEL LARANJO**

Há 50 anos, como hoje em dia, o sangue escorria na região do Médio Oriente. "Luto e pesar geral em Israel: Terroristas árabes cometeram verdadeira chacina numa cidade de Israel na fronteira com o Líbano", titulava o DN, juntando ao texto um mapa da região, assinalando o local do massacre. "Forças israelitas abateram os três guerrilheiros árabes, que ocuparam dois edifícios em Khyriat Shemona, perto da fronteira libanesa, no termo de um tiroteio de quatro horas e meia – anunciou o comando militar de Telavive", lia-se. A descrição era dura: "Morreram ao todo 21 pessoas no ataque: os três guerrilheiros, dois soldados israelitas, oito civis adultos e oito crianças (...). A rádio nacional anunciou que pelo menos 10 dos mortos e 10 feridos são mulheres e crianças abatidas a tiro ou atiradas (não se sabe se vivas ou mortas) do último andar do prédio de apartamentos para a rua, pelos guerrilheiros". O relato do caso prosseguia: "Corpos de mulheres e de crianças mortas e feridas foram encontrados no vão das escadas e nos relvados à volta do edifício."

Os problemas económicos e financeiros também estavam na ordem do dia. "Acentuada aceleração inflacionária nos países da O.C.D.E.", titulava o DN. "Durante um período de doze meses que acabou em Fevereiro, a inflação duplicou em quase todos os vinte e quatro países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Europeus, à excepção de sete", podia ler-se. "A Grécia aparece no topo da lista com um aumento de 33,4 por cento; os Estados Unidos registaram um aumento de dez por cento e a Alemanha Federal foi o país em que o aumento foi mais reduzido, apenas 7,6%."

A campanha eleitoral para a presidência francesa continuava acesa. "Advertência de Chaban-Delmas: Mitterrand no Eliseu seria o "inferno totalitário." Segundo o DN, também Giscard D'Estaing se juntou a Chaban-Delmas na campanha contra François Mitterrand: "(...) concentraram os seus ataques na poderosa ameaça que surgiu à esquerda."

Era Sexta-feira Santa e uma grande foto do Papa Paulo VI encimava a primeira página. "Papa beijando o pé de um dos jovens que ontem participou nas cerimónias da Basílica de S. João de Latrão."

Onde eu estava

José Luís Pacheco nasceu no ano de 1956, em Lagos. Jurista, foi durante vários anos funcionário europeu.

Em finais de 1973, eu era um jovem de 17 anos que frequentava o 7.º ano do Liceu Camões, em Lisboa, e, como tantos outros, dividia o meu tempo entre os estudos, os amigos, os passatempos (o futebol, a música, o cinema, a literatura), as tentativas para estabelecer laços com o sexo oposto e estava muito atento à realidade política e social do país. Por isso, era visceralmente contra o regime e a Guerra Colonial.

Vindo de famílias remediadas do mundo rural algarvio, os meus pais tinham presenciado diretamente a situação em que viviam a maioria dos portugueses, em aldeias sem água nem esgotos, labutando duramente para sobreviver e com poucas ou nenhumas hipóteses de dar uma educação aos filhos que lhes permitisse quebrar o ciclo da pobreza. Falavam-me das mulheres que vinham do Algarve para a monda do arroz na Comporta, em condições duríssimas, dos campos imensos desaproveitados por latifundiários vivendo ricamente em Lisboa ou Cascais, enquanto as gentes mal tinham de comer. E via por todo o lado as limitações absurdas à liberdade. O medo de falar, a censura aos jornais, a escolha limitada de livros, filmes, as prisões arbitrárias de opositores (um dia, ao chegar ao escritório, o meu pai encontrou a PIDE à espera para prender um colega seu).

O que mais detestava eram as humilhações constantes face aos poderosos. No Camões todas as manhãs eram "submersas", como diria Vergílio Ferreira. Os colegas eram mandados para casa porque tinham *jeans* ("isto não é uma escola técnica"), por terem o cabelo comprido ou, cúmulo da idiotice, por vestirem calças vermelhas (ou encarnadas, como a censura obrigava a dizer).

Para mim, o pior foi o dia em que, chamado ao reitor com um colega africano – havia dois ou três no Camões –, por um pecadilho menor, o senhor não arranjou melhor do que nos humilhar pela nossa condição social, com laivos de racismo em relação ao Nélson. Após inquirir das profissões paternas, disparou: "Em vez de estarmos agradecidos por sermos aceites neste liceu da elite, onde não pertencemos, comportamo-nos assim?" Um miúdo não esquece isto.

A guerra impunha-se a todos os rapazes da minha idade, como destino (quase) inevitável, naquilo que na altura se chamavam "missão de soberania". Além de a considerar uma guerra imoral, a minha aversão era reforçada pelo facto de desde criança ver a minha avó paterna chorar por ter sempre um neto em África, na guerra. A alternativa seria "dar o salto", partir para um exílio do qual me parecia não haveria regresso. Não creio que tivesse sido capaz de o fazer.

Ser contra o regime era, para mim, um dever moral antes de se tornar político. Daí, a minha adesão ao movimento estudantil, que era o que estava à mão. MAESL, Grupo de Estudantes, enfim, aquela nebulosa confusa e permeável (descobrimos depois que o "camarada" que convocava as reuniões e tinha todos os contactos era informador da PIDE...), que abrangia todos os que eram contra o regime sob pretextos mais ou menos educativos e culturais. Nunca corri riscos excessivos, participei em duas manifestações rapidamente dispersas pela intervenção policial, distribui panfletos e um boletim associativo. Tive a sorte de escapar à famosa detenção dos 151 "intrépidos adolescentes" na reunião em Santa Maria, em dezembro de 1973, à qual não fui porque uma rotura de ligamentos no joelho esquerdo mal me deixava andar. No dia seguinte, ao chegar ao liceu, os quatro ou cinco colegas mais ativos estavam ausentes. Voltaram quase ao final da manhã, com o cabelo rapado, enquanto alguém me aconselhava a desaparecer provisoriamente.

Felizmente, em breve chegaria aquela madrugada "do dia inicial, inteiro e limpo" que todos esperávamos. Dia sem o qual, nada do que fui e fiz na minha vida posterior teria sido possível. Só isso chega e sobra para dizer "25 de Abril sempre"!

"Ser contra o regime era, para mim, um dever moral antes de se tornar político. Daí, a minha adesão ao movimento estudantil, que era o que estava à mão."

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles

Ano 60 — N.º 20.818

A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAES PORTUGUEZES

Sabado, 12 de Abril de 1924

Diario de Noticias

Visitem as montras de "A Portugal, Lt.ª", no Rossio, 122, a casa que fabrica melhor calçado e mais barato vende. LISBOA — PORTO — COIMBRA

O "RAID" LISBOA-MACAU

Os bravos aviadores escrevem ao "DIARIO DE NOTICIAS" narrando a sua tormentosa viagem de Milfontes a Malaga

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO FRIO

O CENTENARIO de Camilo

DR. AUGUSTO DE CASTRO

SANTA MARIA ADELAIDE

Mais uma santa portuguesa em pleno seculo XX?

OS ESTUDANTES PORTUGUESES

O "VASCO DA GAMA" chega hoje a Lisboa

A ALBERGARIA DE LISBOA

PORTUGAL E A ALEMANHA

"A RAINHA TAIA"

Por esse mundo...

EM QUE FICAMOS?

O DESASTRE DO "DOURO"

TAXAS POSTAIS PARA LIVROS

O ORFEÃO ACADEMICO DE LISBOA

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 12 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

REDACTOR PRINCIPAL: José Rangel de Lima

SANTA MARIA ADELAIDE

Mais uma santa portuguesa em pleno seculo XX?

Na freguesia de Arcosêlo existe o cadáver incorrupto duma freira que resiste a quarenta anos de sepultura

O povo santificou-a já e atribui-lhe o poder do milagre enchendo-lhe de dádivas e de oferendas a capela do pequenino cemiterio da sua aldeia

A urna com o cadaver de «Santa Maria Adelaide». Em roda, as promessas e oferendas (Foto «Noticias»)

Director — AUGUSTO

Telef. — 365, 534, 2446 e 5310

A psicologia, essa sciencia estranha, eivada de misterio singular—digam os sabios o que disserem, se é que ainda ha sabios nestes tempos revoltos de Egoismo—terá, de facto, o condão de lêr fundo na alma—o sopro bendito da vida ao qual se chama, comovidamente, o sopro divino de Deus? A psicologia popular será ainda esse sentimento, impetuoso e ardente, que arrasta as multidões, ora para o Bem, ora para o Mal, tornando-as indomaveis no caminho escolhido? Quem o afirmará... Mas seja como fôr, o certo é que esse sentimento estranho sacudiu e impressionou vivamente a alma do povo português, ao saber que, na freguesia de Arcozelo, da linda e laboriosa Vila Nova de Gaia, aparecera uma «santa» que, sob a terra 33 anos, esta, piedosa, respeitára! Correu a vê-la. De toda a parte surgiram romeiros aos milhares, a admirá-la vezes sem conta, a pedir piedade, a trazer ofertas, quantas valiosissimas! E como os que representavam a Junta da freguesia, a fizessem—vai ha oito anos—sepultar de novo, por cinco anos mais, e, findos estes, os vermes respeitassem o cadaver, o povo, num alvoroço, desenterrou-o por suas mãos; e, maravilhado, rendido á sua ingenuidade, canonizou ele proprio; chamou-lhe «santa»! E então, ora de joelhos, ora debruçado sobre a urna que a encerra, justa ou injustamente, reza á «santa» Maria Adelaide, que «cura todas as feridas».

*

Porque as leitoras e leitores do «Diario de Noticias» querem saber um pouco da historia daquela que, 41 anos volvidos sobre a morte, chama, ao seu derredor, pelos «milagres» constantes, multidão enorme de fieis, fui a vê-la tambem. E, descendo no apeadeiro da Aguda, não tive necessidade de inquerir do caminho; segui os bandos que, sobraçando donativos, curvados á sua fé, a sua crença que ninguem prégou, avançavam pela estrada, sob uma chuva impertinente e fria. Um pequenito, tipo alegre de «gavroche», pregunta-me de subito:

—Quere que o leve á «santa», meu senhor?

—Pois vamos lá, meu rapaz...

E lá fomos os dois. E' linda, cuidada, essa estrada fronteiriça ao apeadeiro; lá mais para cima, pelos caminhos travessos, é que o lamaçal nos encharcou. Mas o rapazito, alegre, vivo, foi contando «milagres» da «santa», entretendo a caminhada, até que, meia hora depois, apontando, exclamou:

—Olhe: é ali o cemiterio onde ela está.

Entramos os dois. A' esquerda, numa capelinha pequenina, vejo muitos romeiros que me dão lugar á intimação brusca do rapaz:

—Deixem passar o senhor fidalgo!

Um homem, o guarda da capela, convida-me a subir os dois degraus colocados junto de um armario de madeira, com portadas de vidro, e dentro do qual, em confusão enorme, se guarda a oferecida cera: braços, pernas, cabeças, corações, blocos ainda em bruto, animaizinhos de olhitos pintarolados a côres varias...

A santa nem é linda nem feia. As suas feições recordam jejuns, macerações, horas constantes de oração lon-ge do mundo...

Sobre este armario está a urna de madeira. Dentro, defendida pelo cristal, a «santa» repousa. Uma mulher de idade, vestida de negro, e que, debruçada sobre a urna, á altura do rosto do cadaver, implora, soluçante, afasta-se.

O meu olhar fita a morta e cerra-se dois segundos. E' que a sua fisionomia, sem aterrar, impressiona, perturba. Tem a face duma côr vermelho-escuro, como a do zarcão; os labios, entre-abertos, mostram os dentes alvos, cerrados. Os olhos encovaram... Veste de branco; ha limpeza, rendas e flôres nas suas vestes. Nos braços, fininhos, muitas pulseiras de prata como que se entrechocam... Mãos e pulsos têm a mesma côr da face. Perturbou-me? Não sei; impressionou-me vivamente, e tanto que, erguendo o olhar, mirei as paredes.

Mais blocos de cera, mais pernas e braços, cabeças e troncos, boizinhos pequeninos, se mostram a todos os cantos, atulhando o jazigo. Ao alto, a meio da urna, pregado na parede, o retrato da «santa», aí pelos seus vinte e cinco anos. Nem linda nem feia. As suas feições recordam jejuns, macerações, cilicios, horas constantes de oração, bem longe do mundo... Por baixo, dependurado, um quadro enorme retrata a traineira «Nossa Senhora da Hora» que, cheiinha de pescadores, poisa, como que alegre, á borda do mar de Leixões...

Nas outras paredes, por todas elas, em pequeninos caixilhos, retratos ás dezenas e dezenas: mulheres, homens, crianças, soldados com distintivos que mostram que estiveram na guerra, marujos, pescadores... Em todos eles ha dedicatorias sentidas: são os agradecimentos pelos «milagres» recebidos... A atmosfera parece viciar-se. Desço os degraus; vejo ainda, pelas paredes, pendentes de jarras que sustentam flôres viçosas, outras artificiais, joias, medalhas, colares de prata. Junto á porta da entrada, a caixa das esmolas, que é enorme...

—Venha vêr—diz um tipo franco de lavrador que de mim se aproxima—venha vêr a capela nova destinada á «santa».

Fica na ala esquerda do cemiterio paralela á outra, mas voltada para o caminho. E' ampla, toda em granito; as obras, porém, estão ainda muito atrasadas.

—São «co'm'ás» de Santa Engracia—diz o homem, comentando. Hoje leva tudo tanto tempo...

—Quem vela pela morta? Quem guarda as esmolas que lhe dão? São muitas?

—E' a Junta da freguesia. O cemiterio é da sua responsabilidade; por isso ela guarda esmolas e objectos, vende as ceras, trata de tudo... Mas olhe que vai fazendo obras boas cá p'rá terra... Este caminho, aqui, em frente ao cemiterio, não era assim...

O cemiterio é lindo, bem tratado, airoso.

—Venha comigo—digo ao lavrador.—Conte-me o que sabe; só se tem que fazer...

—Não, meu senhor, eu conto.

Dou-lhe a palavra. A sua voz é de convicto:

—Vai ha 8 anos, e porque, no cemiterio, os jazigos estavam muito abandonados e alguns bem mal tratados, a Junta—a outra, que esta é a nova—chamou os donos deles para que os mandassem arranjar e pôr bonitos. Todos vieram, menos os donos de dois «aisque» por não terem quem deles tratasse. A Junta, então, mandou abri-los e, num deles, toparam os coveiros com um caixão de chumbo que tinha na tampa uma chapa que dizia: «Maria Adelaide Sousa Gama e S. José».

...era o cadaver de uma freira, do convento de «Corpus-Cristi» e que morrera havia 33 anos

Trataram de inculcas e souberam que o cadaver era de uma freira, do convento de «Corpus-Cristi», da vila, e que morrera havia 33 anos, em casa dum parente, cá na freguesia, onde fazia e vendia doces. Aberto o caixão, em presença da Junta, «mail-os» doutores da saude, viram, muito espantados, que o corpo da freira estava tal como fôra enterrado...

Parou um instante; tomo umas notas; ele continua, não sem preguntar:

—Isso é p'rós jornais?...

—Talvez—ripostei. E depois?

—Acho que por conselho dos doutores, ou lá pelo que a Junta entendeu, resolveram enterrar outra vez a morta. Aqui é que foram elas!... O povo da freguesia, como lhe constasse que tinha aparecido o corpo de uma «santa», veio em magotes, e, de repelão, tendo á frente grande grupo de mulheres armadas de pás, enxadas e picaretas, enquanto os sinos tocavam a rebate, tiraram o corpo da terra e colocaram-no sobre uma mesa, aqui, junto ao jazigo, onde esteve alguns dias. Foi preciso vir força para aquietar o povo! Então a Junta, passado certo tempo, e para acabar com protestos, resolveu meter o corpo em outro caixão de chumbo, mandou deitar-lhe cal, como é de costume, e depositou-o, por favor do sr. José de Oliveira Pinto, no jazigo deste senhor.

—Mas, então, como está ali?

—Eu conto: esteve nesse jazigo 5 anos, até 1921, ano em que foi de novo aberto o caixão. Aqui é que foi espanto: o corpo estava como se tivesse sido enterrado ontem! Vai o povo espalhou que a «santa» curava «todas as feridas», e começou a vir, de toda a parte, trazendo promessas, flôres, deixando muito dinheiro...

—Assim muito?!

—Sim, muito. Olhe que houve semanas—e ha de havê-las outra vez no ve

EURO DREAMS
SORTEIO: 030/2024
CHAVE: 17-19-22-30-35-37 + 1

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

O astro do futebol americano que caiu em desgraça

O.J. SIMPSON (1947-2024) Conquistou a América nos relvados e dividiu-a ao meio durante o "julgamento do século", após uma perseguição policial vista em direto por 95 milhões de pessoas.

Foi um dos momentos mais marcantes da história da televisão norte-americana. No dia 17 de junho de 1994, durante duas horas, mais de 95 milhões de telespetadores assistiram em direto à mais mediática perseguição policial, com dezenas de carros e helicópteros da Polícia em Los Angeles atrás da Ford Bronco branca conduzida por Orenthal James Simpson, que o mundo conhecia como O.J. Simpson – o antigo astro do futebol americano que morreu na passada quarta-feira, aos 76 anos, comunicou ontem a família.

O homem que conquistara o coração dos Estados Unidos enquanto um dos mais bem-sucedidos desportistas será sempre lembrado por esta perseguição que o levou ao banco dos réus para aquele que foi apelidado, à época, de "julgamento do século" nos EUA. Absolvido pelo assassinato da sua ex-mulher, Nicole Brown, e de um amigo, Ron Goldman, esse veredicto não o impediu, no entanto, de cair em desgraça.

O júri considerou-o inocente ao fim de vários meses de um julgamento criminal que dividiu a América, embora mais tarde O.J. Simpson tenha sido considerado culpado por um tribunal civil e condenado a pagar 33,5 milhões de dólares em indemnizações, uma conta que ele nunca acertou.

O ex-atleta, no entanto, não conseguiria evitar a prisão anos mais tarde, quando foi detido em Las Vegas, em 2007, por sequestro e assalto à mão armada a dois colecionadores de objetos desportivos. Condenado a 33 anos de reclusão, passou nove anos na cadeia até sair em liberdade condicional em 2017.

Simpson nasceu em 9 de julho de 1947 em São Francisco. O pai abandonou a família quando ele tinha cinco anos, deixando-o sob os cuidados da mãe num lar muito pobre. As suas pernas ficaram deformadas devido a um raquitismo, pela falta de vitaminas e cálcio. Sem dinheiro para pagar uma operação, a mãe obrigou-o a usar aparelhos ortopédicos rudimentares e a calçar sapatos nos pés opostos para fortalecer as pernas. O método serviu-lhe para se tornar, depois de uma adolescência problemática, num dos mais destacados jogadores da NFL, a liga profissional de futebol americano, na qual ganhou em 1973 o troféu de Jogador Mais Valioso. Em 1985, entrou no Hall of Fame da NFL.

O.J. Simpson foi jogador de futebol americano e ator em Hollywood.

Após a carreira desportiva, sem o desejo de deixar o estrelato, iniciou uma carreira como comentador desportivo e saltou para o grande ecrã, em Hollywood, mas os filmes em que trabalhou não tiveram muita repercussão, com exceção de alguns sucessos, como *Inferno na Torre* (1974) e *Capricórnio Um* (1977).

Em 1977, conheceu Nicole Brown, então com 18 anos e funcionária de um bar, quando O.J. Simpson já era uma estrela. Separou-se da primeira mulher, com quem teve três filhos, e em 1985 casou-se com Brown, com o qual foi pai de duas meninas. Divorciaram-se em 1992. Dois anos mais tarde, a 12 de junho de 1994, Brown e o seu amigo Ron Goldman foram encontrados mortos, à facada, no exterior da residência de Nicole, num subúrbio de Los Angeles. Simpson tornou-se o principal suspeito. Após não se entregar à Justiça, encetou então uma fuga que resultou na mais mediática perseguição policial dos Estados Unidos, há quase 30 anos.

O.J. Simpson morreu quarta-feira, vítima de cancro na próstata.

DN com Agências

BREVES

Robert De Niro em Portugal para o festival Tribeca

Lisboa vai ser o palco da primeira edição europeia do festival de cinema Tribeca. O evento vai realizar-se de 17 a 19 outubro no Beato Innovation District, com a presença do ator norte-americano Robert De Niro, cocriador deste evento.
Antigo executivo da WarnerMedia e atual consultor da Opto, o português Tony Gonçalves é o responsável pela "importação" deste evento.
Apesar de em Lisboa o festival ser de menor duração, o ADN do evento é o mesmo. "Os objetivos são iguais. Será o primeiro festival Tribeca na Europa, mais pequeno e concentrado em dois ou três dias", explicou Tony Gonçalves.
O festival pretende dar a conhecer o trabalho dos profissionais do audiovisual portugueses e estrangeiros, criando uma comunidade internacional, afirmou Francisco Pedro Balsemão, CEO da Impresa.
A programação do Tribeca Lisboa irá incluir sessões de cinema português e internacional e um ciclo de conversas. As primeiras confirmações incluem os fundadores do festival: Robert De Niro e a produtora Jane Rosenthal. A cineasta Patty Jenkins, conhecida pela sua realização do filme *Wonder Woman* e *Monster*, estará também presente, assim como Whoopi Goldberg e o ator e diretor Griffin Dunne.

DN teve quase dois milhões de leitores *online* em março

O *site* do *Diário de Notícias* registou em março um aumento de mais de 260 mil leitores face ao mês anterior, segundo o *ranking* netAudience divulgado pela Marktest, a ferramenta referência de medição de *reach* (alcance) na Internet em Portugal.
Pelas plataformas digitais do DN passaram mais de 1,9 milhões de leitores (1 941 030), numa subida de quase 16% em relação a fevereiro, o que coloca o nosso jornal no 11.º lugar do *ranking*, que é liderado pelas plataformas agregadas pelas televisões TVI, em primeiro lugar (cerca de 3,2 milhões de visitantes) e SIC (três milhões).
Entre os jornais, a liderança continuou a ser do *Jornal de Notícias*, com 2690 milhões de leitores, números para os quais contribuem também os *sites* das revistas *Evasões*, *Volta ao Mundo* e *Notícias Magazine*, além dos *sites Delas* e *N-TV*. No segmento dos *sites* de informação desportiva, a liderança é do Record, com 1420 milhões, enquanto *O Jogo* registou 1283 milhões. Entre as rádios, surge no topo a RFM, com 987 mil visitantes em março, seguida da Renascença (507 mil) e da TSF (325 mil). Nos económicos, o *Jornal de Negócios* teve o melhor resultado, com mais de 1,1 milhões de visitantes.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt